

Relatório da Administração - Exercício de 2004

Senhores Acionistas,

A Administração das Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2004, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e das Mutações do Patrimônio Líquido, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

• Mercado Consumidor

A área de concessão da CELPA abrange 1.247.703 Km², beneficiando uma população estimada em 5,1 milhões de habitantes distribuídos em 1.521 localidades que corresponde a um universo de 1.262.633 clientes atendidos. A maior parte da energia distribuída é produzida na UHE Tucuruí da Eletronorte, sendo recebida por meio do sistema interligado, acrescida da energia gerada na UHE Curuá-una de propriedade da CELPA, ficando uma parcela menor por conta dos sistemas isolados dieselétricos.

Em 2004, o Mercado de Energia Elétrica da CELPA apresentou crescimento de 6,1% em relação a 2003. Foram consumidos 4.440 GWh contra 4.183 GWh registrados em 2003. A classe residencial, responsável por 37,4 % do consumo total, apresentou crescimento de 4,0% com consumo de 1.658 GWh. A classe industrial, a segunda mais representativa com participação de 22,3% no consumo total, evoluiu 11,9%, registrando 991 GWh e a classe comercial, a terceira maior classe de consumo da CELPA com participação de 21,5% do consumo total, apresentou um crescimento de 5,1% e consumo de 956 GWh.

A evolução do mercado da CELPA nos últimos anos pode ser observada no quadro apresentado a seguir:

Evolução Energia Vendida - GWh					
1999	2000	2001	2002	2003	2004
3.420	3.854	3.660	3.835	4.183	4.440

Podemos destacar os desempenhos das classes industrial e rural que, em 2004, apresentaram um aumento no consumo em GWh de 11,9% e 15,7%, respectivamente. Na classe industrial, os ramos de atividade madeireira, produtos alimentícios e fabricação de produtos minerais não metálicos, registraram crescimento de 9,4%, 10,3% e 11,6%, respectivamente, e foram responsáveis por 70,5% do consumo total da classe. Já o excelente desempenho da classe rural, decorreu da expansão do atendimento na área rural, devido às ligações de novos consumidores realizadas por meio dos Programas de Luz no Campo, Universalização, Luz Para Todos e PIS (Programa de Investimentos Sociais).

Em 2004 a CELPA registrou um total de 1.262.633 unidades consumidoras, com crescimento de 6,7% em relação ao ano anterior, correspondendo a um incremento de 79.282 novas unidades atendidas durante o ano. O número de unidades consumidoras residencial atingiu 1.117.162, evoluindo 7,0% em relação a 2003, com incremento de 72.866 unidades.

A evolução da quantidade de consumidores da CELPA nos últimos anos pode ser observada no quadro apresentado a seguir:

Consumidores - mil					
1999	2000	2001	2002	2003	2004
929	998	1.044	1.124	1.183	1.263

A CELPA encerrou o ano mantendo a qualidade e a confiabilidade da oferta de energia no Estado. Neste exercício 108 municípios foram atendidos por meio do Sistema Interligado e 35 pelo Sistema Isolado.

• Índice de Perdas

Desde 1998, a concessionária realiza investimentos visando reduzir os índices de perdas técnicas e comerciais de energia elétrica. A partir de 1999, essas perdas foram reduzidas significativamente, alcançando, em 2004, o patamar de 22,6%. Ou seja, houve uma redução de 7,5 pontos percentuais nos últimos seis anos, média de 1,3 pontos percentuais ao ano.

A evolução do índice de perdas da CELPA nos últimos anos pode ser observada no quadro apresentado a seguir:

Índice de Perdas					
1999	2000	2001	2002	2003	2004
30,1%	24,1%	22,8%	22,4%	21,6%	22,6%

Apesar da significativa redução de perdas registrada entre 1999 a 2004, a CELPA apresentou um aumento de 1 ponto percentual no exercício de 2004 se comparado ao ano anterior. Este aumento é reflexo dos seguintes fatores:

- 1. Aumento de áreas de ocupação;
- 2. Redução do poder aquisitivo da população em 2004 apesar da melhora registrada no 2º semestre.

• Atendimento ao Consumidor

No ano de 2004, foram implementadas diversas ações visando a otimização dos serviços relativos a área comercial. O resultado foi uma significativa melhoria do atendimento que, além de suprir as demandas de nossos clientes, melhorou a

imagem da empresa junto aos órgãos de fiscalização e controle e defesa dos consumidores, dentre as quais destacamos:

- Implantação de uma nova agência para solicitações de serviço ou eventuais questionamentos, visando menores deslocamentos e rapidez no atendimento do cliente;
- Continuidade do programa "MEDIÇÃO ÀS CLARAS", que tem como finalidade a instalação nos postes, de Caixas Padrões com medidores, proporcionando comodidade e segurança aos consumidores. Em 2004 o programa implantou 36.716 medições em unidades consumidoras;
- Ampliação do número de linhas telefônicas do Call Center (0800), de 90 para 120 e de postos de atendimento de 48 para 90, melhorando os serviços de atendimento aos clientes;
- Ampliação de novos postos da rede de agentes arrecadadores, alcançando o total de 1.284 postos no Estado.

Os índices de Duração Equivalente por Consumidor – DEC, Frequência Equivalente por Consumidor – FEC e Tempo Médio de Atendimento – TMA, estão demonstrados no quadro abaixo:

	2004	2003
DEC	31,04	29,41
FEC	30,75	31,65
TMA	124,71	121,00

Valores em base anual

Vale acrescentar que os índices DEC e FEC da CELPA, em 2004, foram melhores que aqueles estabelecidos como padrão pela ANEEL, respectivamente, 36,00 e 38,00.

• Reajuste Tarifário

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº. 192 de 05 de agosto de 2004, fixou o Reajuste Tarifário Anual em 10,53%. Apesar disso, o impacto médio no faturamento da empresa foi de 0,88%, em decorrência dos ajustes relativos à conclusão do processo de reposicionamento tarifário e da compensação da variação de valores da Parcela A de anos anteriores.

• Desempenho Econômico-Financeiro

A receita operacional líquida do exercício atingiu R\$ 1.025,3 milhões, apresentando um crescimento de 17,4% em relação a receita verificada no exercício de 2003. O custo do serviço, composto de compra de energia e encargos de uso do sistema de transmissão, atingiu R\$ 323,8 milhões, superior em 11,1% ao verificado em 2003. Neste mesmo período, o custo de operação atingiu R\$ 287,6 milhões, superando em 13,8% o valor registrado em 2003.

O resultado do serviço foi de R\$ 216,1 milhões contra R\$ 156,9 milhões registrado no ano anterior, representando um aumento de 37,8%.

Em 2004, o resultado operacional apresentou um aumento de 42,3%, passando de R\$ 96,1 milhões em 2003, para R\$ 136,8 milhões em 2004. O resultado líquido do exercício passou de um lucro de R\$ 58,3 milhões em 2003, para um prejuízo de R\$ 124,6 milhões em 2004. Tal resultado justifica-se basicamente pelo acordo indenizatório no montante de R\$ 370 milhões celebrado com o sindicato dos urbanitários, relativo às perdas decorrentes do Plano Bresser.

• Captações de Recursos

Com objetivo de financiar o programa de investimentos e proporcionar reforço ao capital de giro a CELPA captou recursos junto a diversas instituições financeiras, conforme o detalhamento a seguir:

- Capital de Giro: R\$ 32,0 milhões
- Programa Luz para Todos: R\$ 52,3 milhões, sendo R\$ 49,4 milhões – Eletrobrás e R\$ 2,9 milhões;
- Fundo de desenvolvimento econômico do Estado do Pará (FDE): R\$ 1,8 milhão;
- BNDES: R\$ 6,7 milhões - CVA.

• Investimentos

O total de recursos aplicados em 2004 (aquisições do imobilizado) foi de R\$ 125,8 milhões. Esses investimentos promoveram melhorias técnicas importantes no sistema elétrico e no atendimento aos consumidores, refletindo em elevação de indicadores de qualidade e eficiência.

Nesse contexto, destacamos a implantação do programa "LUZ PARA TODOS" e a continuação do "Programa de Universalização" e do "Programa MEDIÇÃO ÀS CLARAS".

A característica principal dos projetos "LUZ PARA TODOS" e "Universalização" é proporcionar acesso a energia elétrica a todos os cidadãos do estado, principalmente nas áreas rurais. Foram investidos nesses programas um total de R\$ 21,4 milhões e gerou benefício a 53 localidades em 10 municípios.

No programa "MEDIÇÃO ÀS CLARAS", cuja característica é a redução do índice de perdas de energia elétrica, foram investidos R\$ 18,3 milhões. Desde o início, esse projeto já atendeu 595.923 unidades consumidoras.

Além disso, podemos destacar a conclusão do Programa Luz no Campo, no qual somente no exercício de 2004 foram investidos R\$ 8,6 milhões, atendendo a 99 localidades, em 19 municípios.

Nos demais investimentos realizados pela empresa foram aplicados recursos no montante de R\$ 77,9 milhões, com destaque para as Ampliações das Subestações Itacaiunas e Carajás.

• Administração e Aspectos Gerais

Mesmo diante das dificuldades que as distribuidoras de energia elétrica continuam enfrentando, a CELPA tem mantido sua política de excelência na prestação dos serviços, no aumento da satisfação dos clientes e na redução de perdas. Esses aspectos são prioritários para a estratégia de capacitação de seus Recursos Humanos. Como fruto dessa estratégia, no ano de 2004, a empresa foi contemplada e indicada para diversos prêmios referentes a investimentos na área social.

O quadro de pessoal próprio foi aumentado em 5,3%, passando de 2.352 colaboradores em 2003 para 2.476 em 2004. A força total de trabalho da empresa, também apresentou um acréscimo de 2,0% em relação ao ano anterior, passando de 4.052 para 4.134 colaboradores.

O desempenho da empresa pode ser avaliado nos índices do quadro abaixo:

Índice	2004	2003
Consumidor por empregado	510	503
Consumo (MWh) por empregado	1.793	1.779
Consumo (MWh) por consumidor	3,5	3,5
Receita bruta (R\$ mil) por empregado	591	521
Receita bruta (R\$ mil) por consumidor	1,2	1,0

• Responsabilidade Social

A responsabilidade social na CELPA é uma conduta que vai da ética nos negócios às ações desenvolvidas na comunidade, passando pelo tratamento dos empregados, relações com os acionistas, fornecedores e clientes. Nesse contexto, a concessionária cumpre seu objetivo de contribuir para o desenvolvimento da região, por meio de investimentos sociais. Como exemplos da gestão social da CELPA, destacamos os seguintes projetos:

Projeto Criança Luz: Projeto destinado a adoção de creches e/ou escolas de comunidades carentes previamente cadastradas. Nesse projeto, a CELPA atende atualmente 2.015 alunos de 14 escolas comunitárias e proporciona a estas crianças programas de lazer, cultura e de preservação do meio ambiente. Além disso, realiza, também, doações de uniformes escolares e alimentação. O reconhecimento deste projeto veio com os prêmios Top Social Nacional ADVB 2004 e Troféu Empresa Cidadã 2004.

Outros Projetos Culturais e Sociais: A CELPA apoia diversos projetos culturais como dança, música e arte, tendo como objetivo o incentivo às manifestações populares e folclóricas da região amazônica. Essa postura da empresa resultou no Troféu Empresa Cidadã 2004, entregue pelo Instituto de Marketing e Negócios.

Projeto de Qualidade de Vida: Valoriza a arte como instrumento de informação e cidadania. Pelo menos uma vez por mês, os funcionários da CELPA são reunidos para assistirem espetáculos culturais. Adicionalmente, são desenvolvidas oficinas culturais onde os empregados da CELPA e seus dependentes podem desenvolver capacidades artísticas por meio do aprendizado de violão, teatro, dança de salão, fotografia, artes plásticas e apresentações que cultivam as tradições culturais da região.

Fundação Aquarela: A CELPA atua como um dos patrocinadores da Fundação Aquarela; uma entidade privada sem fins lucrativos que está direcionada à atuação social em diversas áreas como educação, saúde, esporte, meio ambiente, habitação e cultura, e tem como principal missão a formação do cidadão brasileiro. Seus ideais baseiam-se na proteção e no incentivo ao desenvolvimento das virtudes do ser humano, ainda na infância. Destacamos a Escola Nuremberg Borja de Brito Filho que está localizada no bairro Terra Firme, um dos mais pobres da periferia de Belém, no Pará. O prédio que abriga a escola está numa área de 4.050 metros quadrados, destinada a atividades pedagógicas, esportivas e de lazer para, aproximadamente, 400 crianças.

Além disso, a escola oferece aulas de informática num moderno laboratório, quatro refeições diárias e assistência familiar (cesta básica mensal e orientação social, de higiene e alimentar).

• Eventos Subsequentes

A concessionária continuará com a execução do Programa "Luz Para Todos", que tem como objetivo principal levar energia elétrica a domicílios rurais brasileiros que ainda não tem acesso a esse serviço público, tendo como meta para o exercício de 2005 o atendimento a aproximadamente 40.000 novos consumidores.

• Serviços prestados pelos Auditores Independentes

Os serviços executados pelos auditores externos, ao longo deste exercício social referem-se somente à auditoria das demonstrações contábeis da companhia.

• Agradecimentos

Nossos agradecimentos aos senhores acionistas, consumidores, governos Federal, Estadual e Municipais, Fornecedores e Prestadores de Serviços e, em especial aos nossos empregados pela dedicação em mais este ano de realizações.

A ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações dos Valores Adicionados - DVA

Para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e de 2003 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2004	%	2003	%
	R\$		R\$	
1. GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Receitas de vendas de energia elétrica, serviços e outras	1.464.366		1.226.183	
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	(8.005)		(1.778)	
Resultado não operacional.....	(3.447)		(1.962)	
Total.....	1.452.914		1.222.443	
2. (-) INSUMOS				
Energia elétrica comprada p/ revenda.....	(323.809)		(291.467)	
Serviços de terceiros.....	(231.957)		(112.529)	
Materiais.....	(13.903)		(14.958)	
Matéria-prima e insumo p/ prod. de energia elétrica	(103.788)		(92.881)	
Outros custos operacionais.....	(59.647)		(31.698)	
Total.....	(733.104)		(543.533)	
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)				
719.810				
4. RETENÇÕES				
Quotas de reintegrações (Depreciação e amortização).....	(52.966)		(51.363)	
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO.....				
666.844				
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial.....	1.835		836	
Receitas financeiras	116.279		103.030	
Total.....	118.114		103.866	
7. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (5+6)				
784.958				
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Do trabalho				
Remunerações	72.985	9,3	62.292	8,6
Encargos Sociais (exceto INSS)	65.765	8,4	7.664	1,0
Total.....	138.750	17,7	69.956	9,6
Do Governo				
INSS (sobre folha de pagamento)	19.105	2,4	16.076	2,2
ICMS	308.399	39,3	256.560	35,1
I.de renda, contrib.social, pis e cofins	(25.412)	(3,2)	104.785	14,3
RGR (quota p/ reserva global de reversão).....	14.230	1,8	15.488	2,1
Outros encargos.....	42.258	5,4	44.453	6,1
Total do governo	358.580	45,7	437.362	59,8
Do capital de terceiros				
Encargos de dívidas e variações monetárias.....	82.343	10,5	66.658	9,1
Aluguéis e arrendamentos	3.874	0,5	11.175	1,5
Outras despesas financeiras	326.074	41,5	87.962	12,0
Total.....	412.291	52,5	165.795	22,6
Do capital próprio				
Dividendos.....	-	-	5.296	0,7
Juros s/capital próprio	-	-	10.000	1,4
Lucros retidos	-	-	43.004	5,9
Prejuízo do exercício.....	(124.663)	(15,9)	-	-
Total.....	(124.663)	(15,9)	58.300	8,0
TOTAL	784.958	100,0	731.413	100,0

Demonstrativo Complementar ao Relatório da Administração

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e de 2003 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2004	2003
	R\$	R\$
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício.....	(124.663)	58.300
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:		
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	8.005	1.779
Depreciação e amortização	52.901	51.867
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	71.260	43.243
Resultado de participações societárias	(1.835)	(836)
Baixa de imobilizado	29.824	28.411
Créditos tributários diferidos.....	(104.635)	20.275
Variação cambial diferida	4.360	4.361
Provisão para contingências	(6.558)	2.852
Tributos sobre a realização da reserva de reavaliação	(7.395)	(11.891)
Recomposição tarifária extraordinária.....	-	26.616
Plano Bresser - itens extraordinários	370.000	-
Ativo regulatório	(43.172)	-
Outras.....	160	(9.826)
(Aumento) redução nas contas do ativo circulante e realizável a longo prazo		
Consumidores e revendedores	32.661	6.137
Rendas a receber	(299)	(4)
Créditos redução de receitas baixa renda.....	6.808	(23.340)
Almoxarifado.....	(2.703)	(5.734)
Serviços em curso.....	(6.584)	(4.694)
Despesas pagas antecipadamente.....	(11.744)	(3.987)
Créditos compensáveis em recolhimentos futuros.....	(82.288)	(97.911)
Empréstimos a partes relacionadas.....	(11.090)	(158.198)
Depósitos judiciais.....	(2.921)	(371)
Devedores diversos, desativações em curso e outros créditos.....	(16.215)	(7.657)
(94.375) (295.759)		
Aumento (redução) nas contas do passivo circulante e exigível a longo prazo		
Fornecedores	(40.828)	31.882
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	86	270
Impostos, taxas e contribuições sociais	120.142	111.392
JCP e dividendos propostos.....	(13.422)	11.912
Obrigações estimadas.....	(8)	37.847
Entidade de previdência privada	(2.630)	(2.695)
Empréstimos de partes relacionadas.....	11.304	32.977
Contribuições do consumidor.....	51.316	3.050
Taxas regulamentares	4.359	(20.345)
Consumidores, outras obrigações e outros credores.....	(15.670)	38.956
114.649 245.246		
268.526 164.638		
Total das atividades operacionais		
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações no imobilizado	(125.793)	(73.267)
Aplicações em investimento	(2.748)	-
Aplicações no diferido	(697)	(25)
Total das atividades de investimentos		
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Novos empréstimos e financiamentos.....	103.466	270.182
Pagamentos de empréstimos - principal	(152.309)	(302.419)
Pagamentos de empréstimos - encargos	(41.181)	(45.758)
Juros sobre o capital próprio e Dividendos líquidos das reversões	338	(15.296)
Total das atividades de financiamento		
(89.686) (93.291)		
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES		
49.602 (1.945)		
Caixa e equivalentes no início do exercício.....	23.362	25.307
Caixa e equivalentes no final do exercício	72.964	23.362
VARIÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES		
49.602 (1.945)		

Demonstrativo Complementar ao Relatório da Administração



CONTINUAÇÃO

Demonstrações do Balanço Social

Para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e de 2003 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2004		2003				
	R\$	% sobre	R\$	% sobre			
1. Base de cálculo							
Receita Líquida (RL)	1.025.292		873.476				
Resultado Operacional (RO)	136.755		96.096				
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	159.356		87.737				
	R\$	FPB	RL	R\$	FPB	RL	
2. Indicadores sociais internos							
Alimentação	6.156	3,9	0,7	5.759	6,6	0,7	
Encargos sociais compulsórios	68.266	42,8	6,8	21.141	24,1	2,5	
Previdência privada	4.315	2,7	0,4	3.348	3,8	0,4	
Saúde	1.250	0,8	0,1	1.073	1,2	0,1	
Segurança e medicina no trabalho	2.363	1,5	0,2	1.123	1,3	0,1	
Educação	323	0,2	-	266	0,3	-	
Capacitação e desenvolvimento profissional	389	0,2	-	559	0,6	0,1	
Auxílio creche	952	0,6	0,1	666	0,8	0,1	
Vale transporte - excedente	473	0,3	-	418	0,5	-	
Outros benefícios	182	0,1	-	178	0,2	-	
Total indicadores sociais internos	84.669	53,1	8,3	34.531	39,4	4,0	
	R\$	RO	RL	R\$	RO	RL	
3. Indicadores sociais externos							
Educação - Fundação Aquarela	784	0,57	0,1	590	0,6	0,1	
Cultura	1.245	0,91	0,1	2.764	2,9	0,3	
Esporte e lazer	53	0,04	-	20	-	-	
Combate à fome e segurança alimentar	206	0,15	-	-	-	-	
Doações / contribuições	3.089	2,26	0,3	1.023	1,1	0,1	
Total de contribuições para a sociedade	5.377	3,93	0,5	4.397	4,6	0,5	
Tributos (excluídos encargos sociais)	383.329	280,30	37,4	444.786	462,9	50,9	
Total indicadores sociais externos	388.706	284,23	37,9	449.183	467,5	51,4	

Demonstrativo Complementar ao Relatório da Administração

Balanços Patrimoniais

Levantados em 31 de dezembro de 2004 e de 2003 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2004		2003	
	R\$	R\$	R\$	R\$
ATIVO				
CIRCULANTE				
Numerário disponível	26.530	19.968		
Aplicações no mercado aberto	46.434	3.394		
Consumidores	268.502	250.943		
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(26.475)	(18.470)		
Tributos e contribuições sociais a compensar	49.320	14.567		
Estoque	22.551	19.848		
Serviços em curso	21.363	14.779		
Aquisição de combustível por conta da CCC	9.783	7.891		
Créditos fiscais a compensar	-	14.876		
Despesas pagas antecipadamente	24.130	535		
Outros	32.656	30.669		
Total do circulante	474.794	359.000		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Consumidores	39.091	74.347		
Empresas relacionadas	532.936	444.988		
Cauções e depósitos vinculados	19.750	18.882		
Depósitos judiciais	12.051	9.137		
Créditos tributários diferidos	182.602	77.968		
Despesas pagas antecipadamente	55.251	21.016		
Outros	68.043	52.508		
Total do realizável a longo prazo	909.724	698.846		
PERMANENTE				
Investimentos	107.233	102.968		
Imobilizado - líquido	1.064.999	1.073.089		
Diferido - líquido	723	4.385		
Total do permanente	1.172.955	1.180.442		
TOTAL	2.557.473	2.238.288		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e de 2003 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital social		Reservas de capital		Reservas de reavaliação		Reservas de lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados		Total do patrimônio líquido	Recursos para aumento de capital	
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$		R\$	R\$
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002	518.932	37.988	275.250	11.915	-	844.085	2.922	847.007					
Remuneração das imobilizações em curso	-	(7)	-	-	-	(7)	-	(7)					
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(23.083)	-	23.083	-	-	-					
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	58.300	58.300	-	58.300					
Reserva legal	-	-	-	2.915	(2.915)	-	-	-					
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(10.000)	(10.000)	-	(10.000)					
Dividendos propostos	-	-	-	-	(5.296)	(5.296)	-	(5.296)					
Retenção de lucros	-	-	-	63.172	(63.172)	-	-	-					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003	518.932	37.981	252.167	78.002	-	887.082	2.922	890.004					
Reversão de dividendos prescritos	-	-	-	-	388	388	-	388					
Complemento de dividendos conforme AGO de 29/04/2004	-	-	-	(50)	(50)	-	(50)	-					
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(14.355)	-	14.355	-	-	-					
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(124.663)	(124.663)	-	(124.663)					
Absorção do prejuízo	-	-	-	(77.952)	77.952	-	-	-					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	518.932	37.981	237.812	-	(31.968)	762.757	2.922	765.679					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos

Para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e de 2003 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2004		2003	
	R\$	R\$	R\$	R\$
ORIGENS DE RECURSOS				
Das operações:				
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(124.663)	58.300		
Receitas (despesas) que não afetam o capital circulante				
Depreciação e amortização	52.901	51.867		
Despesas (receitas) financeiras do realizável e exigível a longo prazo - líquidas	(13.051)	(44.744)		
Baixa do ativo imobilizado	29.824	28.411		
Amortização/baixa da variação cambial diferida	4.360	4.361		
Créditos fiscais diferidos	(104.635)	20.275		
Tributos sobre realização da reserva de reavaliação	(7.395)	(11.891)		
Plano bresser - Itens extraordinários	350.000	-		
Provisão para contingências - líquidas das reversões	(6.558)	17.932		
Resultado de participações societárias	(1.835)	(836)		
Ativo regulatório	(37.176)	-		
Outros	160	(9.826)		
Total oriundo das operações	141.932	113.849		
De terceiros:				
Transferência para o ativo circulante de valores a longo prazo	200.011	116.672		
Impostos, contribuições sociais e parcelamentos	83.259	168.906		
Aumento do exigível a longo prazo	72.496	172.876		
Adição (líquida) de mútuos passivos	11.304	32.977		
Empréstimos e financiamentos	52.134	51.768		
Obrigações vinculadas a concessão	51.316	3.050		
Reversão de dividendos prescritos	388	-		
Parcelamentos de fornecedores	-	16.022		
	470.908	562.271		
TOTAL DAS ORIGENS	612.840	676.120		
APLICAÇÕES DE RECURSOS				
No realizável a longo prazo, ativo permanente e exigível a longo prazo:				
Aumento do realizável a longo prazo	168.887	116.906		
Adição (líquida) de mútuos ativos	11.090	158.198		
Aquisições do imobilizado	125.793	73.267		
Aumento do investimento	2.748	-		
Aumento do diferido	697	25		
Transferência para o passivo circulante de valores a longo prazo	283.175	286.236		
Juros sobre o capital próprio e Dividendos complementares e propostos	50	15.296		
TOTAL DAS APLICAÇÕES	592.440	649.928		
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	20.400	26.192		
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO				
Ativo circulante:				
No início do exercício	359.000	294.828		
No final do exercício	474.794	359.000		
	115.794	64.172		
Passivo circulante:				
No início do exercício	417.234	379.254		
No final do exercício	512.628	417.234		
	95.394	37.980		
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	20.400	26.192		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado

Para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e de 2003 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro (prejuízo) líquido por lote de mil ações)

	2004		2003	
	R\$	R\$	R\$	R\$
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Fornecimento de energia elétrica	1.334.697	1.114.288		
Suprimento de energia elétrica	1.912	8.976		
Conta de Consumo de Combustível - CCC	102.102	87.994		
Outras receitas	25.655	14.925		
Total da receita operacional bruta	1.464.366	1.226.183		
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
ICMS	(305.742)	(254.469)		
PIS - Corrente	(24.107)	(20.883)		
PIS - Diferido (Vide nota explicativa nº. 7 - d)	13.555	-		
COFINS - Corrente	(105.683)	(38.068)		
COFINS - Diferido (Vide nota explicativa nº. 7 - d)	29.617	-		
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(14.231)	(15.488)		
Outras	(32.483)	(23.799)		
Total de deduções da receita operacional	(439.074)	(352.707)		
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.025.292	873.476		
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA				
Energia elétrica comprada para revenda	(253.737)	(231.013)		
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(70.072)	(60.454)		
Total do custo do serviço de energia elétrica	(323.809)	(291.467)		
CUSTO DE OPERAÇÃO				
Pessoal e administradores	(44.834)	(43.923)		
Material	(9.062)	(8.391)		
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(103.788)	(92.881)		
Serviço de terceiro	(76.002)	(63.979)		
Depreciação e amortização	(49.936)	(48.458)		
Arrendamento e aluguéis	(2.135)	(3.266)		
Outros	(1.825)	8.199		
Total do custo de operação	(287.582)	(252.699)		
Custo do serviço prestado a terceiros	(6.556)	(4.555)		
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	407.345	324.755		
DESPESAS OPERACIONAIS				
Despesas com vendas	(49.222)	(37.138)		
Despesas gerais e administrativas	(94.421)	(101.420)		
Outras despesas operacionais	(47.564)	(29.347)		
Total de despesas operacionais	(191.207)	(167.905)		
RESULTADO DO SERVIÇO	216.138	156.850		
RESULTADO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	1.835	836		
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA				
Renda de aplicações financeiras	1.402	576		
Acrescimos moratórios - energia vendida	13.752	10.099		
Encargos de dívidas	(45.587)	(43.876)		
Variação monetária e acréscimos moratórios				
- Energia comprada	(50.509)	(15.974)		
Variação monetária - líquida	11.352	24.362		
Variação cambial diferida	(4.360)	(4.361)		
Juros sobre o capital próprio</				

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e de 2003 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando outro indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA (Companhia ou CELPA) é uma sociedade por ações de capital aberto, sob o controle acionário da empresa QMRA Participações S.A., que atua na área de distribuição e geração de energia elétrica na área de sua concessão legal que abrange todo o Estado do Pará com 1.247.703 km² (*), atendendo 1.262.633 (*) consumidores em 143 (*) municípios; tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

(*) Informações não auditadas

2. DAS CONCESSÕES

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº. 182/98, assinado em 28/7/1998, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28/7/2028, renovável por igual período.

Além do contrato de distribuição acima mencionado, a Companhia possui Contrato de Concessão de Geração nº. 181/98 para Central Geradora e instalações de transmissão associadas, bem como para a exploração de geração de energia elétrica, pelo prazo de 30 (trinta) anos, com vencimento em 28/7/2028, renovável por igual período.

Na atividade de geração de energia elétrica da Companhia merecem destaque:

UHE/localização	Capacidade instalada MW	Capacidade utilizada MW	Data da concessão	Data de vencimento
Curuá-Una - Rio Curuá-Una..	30,30	30,30	28/7/1998	28/7/2028
UTE				
Concessão de 17 Usinas Termelétricas, sendo as mais representativas com capacidade instalada acima de 1 MW: Santana do Araguaia, Novo Progresso e Castelo dos Sonhos				
	21,96	12,45	28/7/1998	28/7/2028

A geração própria de energia elétrica da Companhia representa aproximadamente 10,78%, (*) da energia distribuída, sendo a parcela remanescente fornecida substancialmente pela Eletronorte.

Para a prestação dos serviços, objeto das concessões acima mencionadas, a Companhia possui um quadro próprio de 2.476 (*) funcionários e 1.658 (*) prestadores de serviços em 31 de dezembro de 2004.

(*) Informações não auditadas.

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades Anônimas (Leis nº. 6.404/76 e 9.457/97), disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e normas aplicáveis às empresas concessionárias do serviço público de energia elétrica, estabelecidas pelo Poder Concedente, Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares, em atendimento às instruções contidas no Ofício Circular nº. 2.306/2004-SFF/ANEEL, de 24 de dezembro de 2004, consoante as principais práticas contábeis a seguir descritas.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

Aplicações no mercado aberto e títulos e valores mobiliários - são registradas ao valor de custo, acrescido dos respectivos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Consumidores - incluem o fornecimento de energia elétrica faturado aos consumidores e a receita relativa a energia fornecida e não faturada até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - está constituída por montante considerado suficiente pela administração da Companhia para cobrir as possíveis perdas que possam ocorrer na realização das contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Estoque - inclui os materiais em estoque destinados à manutenção das atividades do serviço público de energia elétrica, os quais estão avaliados pelo custo médio de aquisição.

Investimentos - A participação societária permanente em coligada está registrada pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perda, quando aplicável.

Imobilizado - está registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e reavaliado em agosto de 2001, exceto para os grupos de automóveis, caminhões e móveis e utensílios. A depreciação dos bens reavaliados é calculada pelo método linear, às taxas anuais que variam entre 0,27% e 11,11% para geração; entre 0,05% e 11% para distribuição; e entre 0,04% e 16,67% para administração. Para os bens não reavaliados e aqueles adquiridos após 31 de agosto de 2001, data da reavaliação, a depreciação é calculada pelo método linear às taxas anuais que variam entre 2% e 20% para geração e distribuição; e entre 4% e 20% para administração.

Reserva de reavaliação - é realizada proporcionalmente à depreciação e alienação dos ativos imobilizados reavaliados, sendo transferida para a conta de lucros acumulados, líquida dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social.

Custos indiretos de obras em andamento - parte dos gastos da administração central é apropriada às imobilizações em curso. Essa apropriação é feita mensalmente com base nos gastos diretos com pessoal e mão-de-obra de terceiros, apropriados às obras em curso.

Empréstimos e financiamentos - estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data de encerramento do balanço. Esses ajustes são apropriados ao resultado do período em despesas financeiras, exceto pela parte apropriada ao custo do ativo imobilizado em curso.

Provisão para passivos contingentes - está constituída com base na avaliação de risco de perda sobre ações em processo, embasada em relatórios preparados pelos consultores jurídicos da Companhia.

Contratos de arrendamento mercantil - as operações decorrentes de contratos de arrendamento mercantil, com características de leasing financeiro, não são registradas como se fosse uma compra financiada. O valor das contraprestações, excluindo o montante da antecipação do valor residual, se houver, é apropriado ao resultado do exercício, em despesas de arrendamento, em função da fluência do prazo contratual. O valor residual antecipado, se houver, é registrado no ativo imobilizado à medida que forem efetuados os pagamentos.

Imposto de renda e contribuição social - a provisão para o imposto de renda e contribuição social é calculada com base no lucro tributável e na base de cálculo da contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes na data do balanço. Sobre as diferenças temporárias, o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são constituídos impostos diferidos, de acordo com as respectivas alíquotas vigentes na data do balanço. Os prejuízos fiscais e a base negativa da contribuição social podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício.

Registro das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE - as compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia, sucessora do Mercado Atacado de Energia Elétrica - MAE, conforme Lei nº. 10.848, de 15 de março de 2004. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração da Companhia, utilizando-se de certos parâmetros disponíveis no mercado.

Plano de suplementação de aposentadoria e pensão - os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados, na data do balanço, por atuários independentes. A partir de 31 de dezembro de 2001, esses valores são apurados e registrados de acordo com a Deliberação CVM nº. 371/00.

Outros direitos e obrigações - demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

5. APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Instituição financeira	Tipo de aplicação	2004 R\$	2003 R\$
Banco ABN AMRO Real...	FIF DI 30	70	48
Bradesco S.A.....	POS CDI	1.411	1.266
Banco do Brasil	CDI Corporate	39.063	2.080
Banco Safra.....	FIF 60	15	-
Unibanco	FIF Inst. DI	5.875	-
Total		46.434	3.394

6. CONSUMIDORES

a) Composição:

	2004 R\$	2003 R\$
Consumidores:		
Faturados.....	197.819	177.198
Não faturados	38.426	45.800
Total	236.245	222.998

Classe de consumidores	Saldos vinctendos R\$	Saldos vencidos				Total	
		até 90 dias R\$	mais de 90 dias R\$	Total R\$	2004 R\$	2003 R\$	
Curto prazo:							
Residencial	45.215	25.167	13.105	38.272	83.487	76.663	
Industrial	21.024	4.508	11.053	15.561	36.585	32.166	
Comércio, serviços e outras atividades	28.564	11.190	7.426	18.616	47.180	45.519	
Rural.....	1.410	577	227	804	2.214	2.089	
Poder público:							
Federal	1.382	1.575	834	2.409	3.791	2.783	
Estadual	3.649	2.836	1.470	4.306	7.955	5.552	
Municipal	5.591	4.859	3.711	8.570	14.161	13.198	
Iluminação pública	3.709	855	1.499	2.354	6.063	8.821	
Serviço público	3.397	1.238	1.406	2.644	6.041	5.834	
Recomposição de receita (*).....	28.768	-	-	-	28.768	30.373	
Subtotal - consumidores.....	142.709	52.805	40.731	93.536	236.245	222.998	
Participação financeira do consumidor.....	254	84	246	330	584	1.048	
Comercialização na CCEE	1.025	-	-	-	1.025	1.803	
Programa emergencial de redução do consumo.....	-	-	114	114	114	147	
Encargos de capacidade emergencial.....	1.556	1.102	849	1.951	3.507	3.470	
Energia livre (*).....	25.002	-	-	-	25.002	18.984	
Concessionárias e permissionárias	30	-	-	-	30	169	
Outros	377	953	665	1.618	1.995	2.324	
Total	170.953	54.944	42.605	97.549	268.502	250.943	
Longo prazo:							
Consumidores	11.434	-	-	-	11.434	9.277	
Recomposição de receita (*).....	10.545	-	-	-	10.545	28.077	
Participação financeira do consumidor.....	2.232	-	-	-	2.232	2.232	
Comercialização na CCEE	2.153	-	-	-	2.153	2.338	
Energia livre (*).....	12.662	-	-	-	12.662	32.348	
Outros	65	-	-	-	65	75	
Total	39.091	-	-	-	39.091	74.347	

(*) Vide nota explicativa nº. 30.

b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2004 R\$	2003 R\$
Residencial	12.289	5.960
Industrial	4.185	3.087
Comércio, serviços e outras atividades.....	5.808	4.452
Rural.....	116	94
Poder público.....	1.918	1.807
Iluminação pública	619	1.765
Serviço público	438	652
Outras receitas	1.102	653
Total de consumidores	26.475	18.470

Movimentação

	2004 R\$	2003 R\$
Saldo no início do exercício	18.470	16.692
Perdas no exercício	(5.117)	(7.629)
Recuperação de perdas	2.518	4.354
Complemento de provisão.....	10.604	5.053
Saldo no final do exercício	26.475	18.470

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os critérios a seguir elencados:

- Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias;
- Após análise criteriosa, efetuada pela administração da Companhia, foram excluídas contas vencidas que estão em processo de negociação.

c) Comercialização na CCEE:

O saldo da conta de consumidores inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no curto e longo prazo, no montante de R\$ 3.178, com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE até o mês de dezembro de 2004. De acordo com a Resolução ANEEL nº. 552, de 14 de outubro de 2002, os valores das transações de energia de curto prazo não liquidados nas datas programadas deverão ser negociados bilateralmente entre os agentes de mercado.

As operações de compra e venda de energia elétrica praticadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, após os ajustes divulgados pela CCEE, tiveram seu processo de liquidação concluído em julho de 2003, as demais operações de compra e venda de energia elétrica praticadas no exercício de 2004, estão sendo liquidadas mensalmente.

Os valores da energia no curto prazo e da energia livre estão sujeitos a modificação dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movido por determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº. 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que teve como objetivo o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização da CCEE, incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados.

7. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Curto prazo		Longo prazo	
	2004 R\$	2003 R\$	2004 R\$	2003 R\$
Contas de compensação de variação de custos da Parcela A - CVA:				
Período de 1/1/2001 a 25/10/2001 (a).....	-	-	3.316	2.914
Período de 7/8/2002 a 6/8/2003 (b).....	6.798	-	3.897	11.733
Período de 7/8/2003 a 6/8/2004 (b).....	10.930	-	-	6.369
Período de 7/8/2004 a 6/8/2005 (c).....	-	-	10.862	-
Subtotal	17.728	-	18.075	21.016
Ativo regulatório - PIS/COFINS (d)	5.996	-	37.176	-
Outros	406	535	-	-
Total	24.130	535	55.251	21.016

Conforme disposições contidas na Medida Provisória nº. 14, de 21 de dezembro de 2001 convertida na Lei nº. 10.438, de 26 de abril de 2002, Portarias Interministeriais nº. 296, de 25 de outubro de 2001, e nº. 25, de 24 de janeiro de 2002 e nº. 116 de 4 de abril de 2003, e resoluções complementares da ANEEL, a Companhia registrou como despesas antecipadas a variação dos valores de itens denominados de "Parcela A" (custos não gerenciáveis) que serão recuperados através de aumentos tarifários futuros.

(a) A parcela referente a esse período foi incluída na recomposição Tarifária extraordinária (vide nota explicativa nº. 30).

(b) As parcelas referentes aos períodos de 7/8/2002 a 6/8/2003 e 7/8/2003 a 6/8/2004, conforme determina a Portaria Interministerial nº. 116, de 4 de abril de 2003, deverão ser compensadas nas tarifas de fornecimento de energia elétrica nos reajustes

tarifários anuais que ocorrerem entre 7 de agosto de 2004 e 6 de agosto de 2006, respectivamente.

(c) As parcelas referentes aos períodos de 7/8/2004 a 6/8/2005, deverão ser compensadas nas tarifas de fornecimento de energia elétrica nos reajustes tarifários anuais que ocorrerem entre 7 de agosto de 2005 e 6 de agosto de 2006.

(d) Refere-se ao impacto financeiro decorrentes da majoração de alíquotas ocorridas a partir de dezembro de 2002 para o PIS e fevereiro de 2004 para a COFINS sem cobertura tarifária que serão, após validação da ANEEL, incorporados à tarifa em prazo a ser definido não superior a três anos. A atualização monetária desses ativos regulatórios será objeto de pronunciamento futuro pelo agente regulador após a conclusão dos estudos em andamento.

8. OUTROS ATIVOS

	Curto prazo		Longo prazo	
	2004 R\$	2003 R\$	2004 R\$	2003 R\$
Redução de receita - baixa renda (a)	6.426	13.235	-	-
Desativações em curso	6.254	5.928	-	-
Alienações de bens e direitos.....	5.028	3.280	-	-
Recolhimento a maior de RGR	661	8	-	-
Rendas a receber.....	1.427	1.127	-	-
Títulos a receber.....	1.038	1.031	-	-
Adiantamento Fornecedores	4.895	2.302	-	-
Créditos a compensar (b).....	-	-	44.416	36.897
Títulos e valores mobiliários.....	-	-	1.260	1.260
Tributos e contribuições sociais a compensar.....	-	-	20.522	11.119
Outros créditos a receber	6.927	3.758	1.845	3.232
Total	32.656	30.669	68.043	52.508

(a) Subvenção à Baixa Renda - Tarifa Social: O Governo Federal, através da Lei nº. 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda, o que causou um significativo impacto na receita operacional da Companhia. Através do Decreto Presidencial nº. 4.538, de 23 de dezembro de 2002, foram definidas as fontes para concessão e subvenção econômica com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 80 Kwh ou com consumo entre 80 e 220 Kwh, neste último caso desde que atendam alguns critérios conforme estabelecido no artigo 5º da Lei nº. 10.604, de 17 de dezembro de 2002.

A Companhia registrou no exercício o montante de R\$ 36.004 (R\$ 27.187 em 2003) decorrentes da Redução de Receita, e recebeu como subvenção o montante de R\$ 42.813 em 2004 (R\$ 25.415 em 2003).

(b) Refere-se ao valor de créditos adquiridos nos exercícios de 2003 e 2004, com a finalidade de quitação de tributos e contribuições de natureza federal. A formalização dessas aquisições ocorreu por intermédio de Instrumentos de Cessão de Crédito, devidamente lavrado em cartório. Esses créditos têm origem em ação indenizatória, antigas em julgado, que condenou a União Federal por danos causados aos antigos detentores dos créditos e títulos ao portador denominados de "Cautelas de Obrigações" emitidos pela Eletrobrás. O deságio verificado à época das aquisições desses créditos pela Companhia, totalizou a importância de R\$ 98.590 (R\$ 39.696 em 2003), que deverá ser refletido ao resultado no momento em que o Fisco homologar as compensações de impostos e contribuições já realizadas. As compensações realizadas, estão detalhadas mais adiante, na nota explicativa nº. 16.

9. TRANSAÇÕES E SALDOS COM EMPRESAS RELACIONADAS

	2004 R\$	2003 R\$
Transações:		
Receitas financeiras	72.599	41.305
Despesas financeiras	6.706	1.511
Receita de fornecimento de energia elétrica: (a)		
Caiuá Serviços de Eletricidade S.A.....	62	190
Cia. de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	-	435
Cia. Nacional de Energia Elétrica.....	-	574
Total	62	1.199

Custo na compra de energia elétrica: (a)

Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.	-	120
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	-	369
Rede Comercializadora de Energia S.A.....	1.069	171
Total	1.069	660

Saldos ativos:

	2004 R\$	2003 R\$
Conta corrente até 31/8/2004: (b)		
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	530.896	311.155
Caiuá Serviços de Eletricidade S.A.....	-	132.496</

(d) Contrato de mútuo:

Refere-se a contrato firmado com a Controladora indireta DENERGE, em condições de comutatividade, em função de assunção de dívidas perante ao BNDES nas seguintes condições:

Prazo: até 62 meses
Vencimento 1ª parcela: 15/11/2005
Remuneração: TJLP mais 5% a.a.
Esta repactuação foi aprovada pela ANEEL através do Ofício nº. 2.231/2003-SFF/ANEEL de 26/12/2003.

10. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços. Os impostos diferidos relativos às diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados em contas patrimoniais.

Demonstramos a seguir a composição da base de cálculo e dos saldos desses impostos:

	Imposto	Contribuição	Total	
	de renda	social	2004	2003
	R\$	R\$	R\$	R\$

Composição da receita/despesa com impostos:

Impostos correntes.....	-	-	-	(37.450)
Impostos diferidos - variação líquida	(9.812)	(3.959)	(13.771)	(8.384)
Impostos diferidos - itens extraordinários.....	89.634	36.166	125.800	-
Total	79.822	32.207	112.029	(45.834)

Conciliação da receita/despesa com impostos:

Prejuízo antes dos impostos.....	(236.692)	(236.692)		
Adições (exclusões) permanentes:				
Equivalência patrimonial.....	(1.835)	(1.835)		
Outras.....	13.689	5.385		

Base de cálculo da receita com impostos.....	(224.838)	(233.142)		
Alíquotas.....	25%	9%		
Subtotal.....	56.210	20.983		
Créditos tributários diferidos de períodos anteriores.....	23.612	11.224		
Receita líquida com impostos	79.822	32.207	112.029	(45.834)

Base de cálculo dos créditos tributários diferidos:

Provisão para contingências trabalhistas e cíveis.....	10.399	10.399		
Provisão para contingências fiscais e tributárias.....	32.863	3.033		
Provisão para devedores duvidosos.....	26.475	26.475		
Ajuste do plano de aposentadoria.....	17.311	17.311		
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.....	432.730	530.580		
Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE.....	(797)	(797)		
Base de cálculo dos impostos diferidos.....	518.981	587.001		
Alíquotas.....	25%	9%		
Impostos diferidos ativos.....	129.745	52.830		
Créditos tributários não diferidos.....	20	7		
Créditos fiscais diferidos - realizável a longo prazo (a)	129.765	52.837	182.602	77.968

Encargos tributários s/ a reserva de reavaliação:

Reserva de reavaliação.....	444.977	444.977		
(-) Terrenos.....	(5.784)	(5.784)		
(-) Depreciação/ baixas.....	(87.635)	(87.635)		
Base de cálculo.....	351.558	351.558		
Alíquotas.....	25%	9%		
Encargos tributários s/ a reserva de reavaliação (b)	87.890	31.640	119.530	126.925

Créditos (encargos) tributários líquidos (a-b).....

			63.072	(48.957)
--	--	--	---------------	-----------------

Para fins do "impairment test" anual dos créditos tributários diferidos, a Companhia contratou área especializada do Banco Santander do Brasil S.A.. Essa instituição elaborou estudos dos lucros tributáveis futuros da Companhia, o qual serviu de base para os "impairment test" realizados nos exercícios de 2004 e 2003. Conforme requerido pela Deliberação CVM nº. 273/98 e Instrução CVM nº. 371/02, os estudos preparados por área especializada da referida instituição foram submetidos à apreciação dos Conselhos de Administração e Fiscal da Companhia e devidamente aprovados. Com base no estudo realizado para o exercício de 2004 a estimativa de realização dos créditos tributários está detalhada a seguir:

2005.....	14.002
2006.....	29.300
2007.....	39.900
2008.....	37.800
2009 a 2010.....	61.600
Total	182.602

11. INVESTIMENTOS

Os investimentos estão apresentados conforme descrito a seguir:

	2004	2003
	R\$	R\$
Participações societárias permanentes:		
Rede Lajeado Energia S.A. (coligada) (a).....	70.152	68.318
Centrais Elétricas do Norte S.A. - Eletronorte.....	10.628	10.627
Outras participações societárias.....	79	159
Subtotal.....	80.859	79.104
Outros investimentos (b).....	26.374	23.864
Total	107.233	102.968

(a) Essa Companhia participa de um consórcio criado para a construção da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães, composta por 5 turbinas. Conforme Despacho nº. 75, de 19 de fevereiro de 2002, da Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL, a potência instalada dessa usina foi aumentada de 850 MW para 902,5 MW.

A energia elétrica produzida por essa usina está sendo utilizada ou comercializada na condição de "Produtor Independente", nos termos do contrato de concessão, pelos concessionários integrantes do consórcio dessa usina, a saber: CEB Lajeado Energia S.A., EDP Lajeado Energia S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e Rede Lajeado Energia S.A..

(b) Refere-se a investimentos relativos a benfeitorias em terrenos para futura utilização no serviço concedido.

	Rede Lajeado Energia S.A.	
	2004	2003
	R\$	R\$
Participação em coligada:		
Quantidade de ações do capital social - (em milhares).....	50.989	50.989
Quantidade de ações possuídas - (em milhares).....	11.218	11.218
Percentual de participação.....	22%	22%
Valor do capital social - R\$.....	184.577	184.577
Valor do patrimônio líquido - R\$.....	185.164	176.824
Resultado do exercício - R\$.....	18.725	10.939
Valor do investimento - R\$.....	40.736	38.902
Adiantamento para aumento de capital.....	29.416	29.416
Total do investimento	270.152	68.318
Resultado da equivalência patrimonial - R\$.....	1.835	836

12. IMOBILIZADO

	2004	2003
	R\$	R\$
Em serviço.....	1.098.688	1.108.554
Em curso.....	118.661	65.570
Subtotal.....	1.217.349	1.174.124
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica.....	(152.350)	(101.035)
Total	1.064.999	1.073.089

	Taxas anuais médias de depreciação (*)		Custo	Depreciação acumulada	2004	2003
	%	R\$				
Imobilizado em serviço:						
Geração:						
Custo.....	1,86%	97.338	(56.982)	40.356	38.339	
Reavaliação.....	3,21%	25.136	(2.693)	22.443	22.990	
Distribuição:						
Custo.....	2,91%	1.109.636	(435.931)	673.705	666.738	
Reavaliação.....	4,32%	351.545	(50.639)	300.906	317.840	
Comercialização:						
Custo.....	2,58%	5.720	(3.288)	2.432	2.446	
Reavaliação.....	2,12%	9.428	(666)	8.762	9.250	
Administração:						
Custo.....	4,13%	49.389	(23.542)	25.847	25.407	
Reavaliação.....	2,79%	26.727	(2.490)	24.237	25.544	
Subtotal.....		1.674.919	(576.231)	1.098.688	1.108.554	
Imobilizado em curso:						
Geração.....		6.766	-	6.766	6.181	
Distribuição.....		103.692	-	103.692	54.884	
Comercialização.....		578	-	578	19	
Administração.....		7.625	-	7.625	4.486	
Subtotal.....		118.661	-	118.661	65.570	
Total		1.793.580	(576.231)	1.217.349	1.174.124	

(*) Essa taxa média é calculada considerando a despesa de depreciação do exercício dividida pelo saldo médio anual do imobilizado.

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 44/99, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação %
Geração:	
Equipamento geral.....	10,00
Reservatórios, barragens e adutoras.....	2,00
Turbina hidráulica.....	2,50
Distribuição:	
Barra de capacitores.....	6,70
Chave de distribuição.....	6,70
Condutor do sistema.....	5,00
Estrutura do sistema.....	5,00
Regulador de tensão.....	4,80
Transformador de distribuição.....	5,00
Comercialização:	
Equipamento geral.....	10,00
Edificações.....	4,00
Administração central:	
Veículos.....	20,00
Equipamento geral.....	10,00

Dos bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº. 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador, e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

A partir de 1º de janeiro de 1996, essas obrigações não estão sendo mais atualizadas pelos efeitos da inflação, tendo a seguinte composição em 31 de dezembro de 2004

	2004	2003
	R\$	R\$
Participação da União.....	7.931	7.901
Participação do Estado.....	57	57
Participação dos Municípios.....	73.367	73.056
Participação do consumidor.....	15.447	10.722
Doações e subvenções destinadas a investimento do serviço concedido.....	54.966	8.717
Outros.....	582	582
Total	152.350	101.035

Reavaliação

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de setembro de 2001, aprovou a reavaliação de parte substancial dos bens do ativo imobilizado em serviço da Companhia.

A reavaliação abrangeu as usinas hidrelétricas, usinas térmicas, linhas e redes de transmissão, linhas e redes de distribuição, subestações e equipamentos em geral.

O laudo de avaliação foi efetuado pela Setape - Serviços Técnicos de Avaliações do Patrimônio e Engenharia S/C Ltda. com data-base em 31 de agosto de 2001 e contabilizado em 30 de setembro de 2001, conforme detalhado abaixo:

	Laudo de avaliação	Valor residual	Incremento
	R\$	R\$	R\$
Geração.....	65.531	42.208	23.323
Distribuição.....	998.676	604.577	394.099
Administração.....	54.050	26.495	27.555
Total	1.118.257	673.280	444.977

Tributos diferidos..... (149.325)

Realização da reserva de reavaliação líquida dos impostos diferidos (depreciação/baixas)..... (57.840)

Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido em 31/12/2004..... **237.812**

O efeito no resultado do ano, oriundo das depreciações e baixas foi de R\$ 14.355, líquido dos efeitos tributários.

Universalização

A ANEEL, através da Resolução nº. 223, de 29 de abril de 2003, com as alterações contidas nas Resoluções nº. 52 de 25 de março de 2004, nº. 73 de 9 de julho de 2004 e nº. 79 de 30 de agosto de 2004, estabeleceu as condições gerais para a elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica visando ao atendimento de novas unidades consumidoras, regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº. 10.438, de 26 de abril de 2002, com as alterações contidas na Lei nº. 10.762, de 11 de novembro de 2003 e fixou as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.

A 1ª parte do Plano de Universalização da Celipa, referente ao exercício de 2004, foi aprovada através do Despacho ANEEL nº. 659, publicado no Diário Oficial da União em 9 de agosto de 2004. Neste Despacho ficou também determinado, que a Celipa deveria apresentar informações adicionais quanto da elaboração da 2ª parte, referente ao período 2005-2008, conforme Nota Técnica SRC/ANEEL nº. 088/2004 de 5 de agosto de 2004.

Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica "Luz para Todos"

O Decreto Presidencial nº. 4.873, de 11 de novembro de 2003, instituiu o Programa LUZ PARA TODOS, destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento com energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público. De acordo com o artigo 2º. do Decreto, os recursos necessários para o custeio do Programa serão oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, instituída com subvenção econômica pela Lei nº. 10.438, de 26 de abril de 2002, da Reserva Global de Reversão - RGR, instituída pela Lei nº. 5.655 de 20 de maio de 1971, de agentes do setor elétrico, da participação dos Estados, Municípios e outros destinados ao Programa. O Programa será coordenado pelo Ministério de Minas e Energia - MME e operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás e das empresas que compõem o sistema Eletrobrás.

Em maio de 2004 foi firmado um Termo de Compromisso entre a União (Ministério de Minas e Energia), o Estado do Pará e a Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA com a

interveniência da ANEEL e da Eletrobrás para o estabelecimento das premissas do Programa LUZ PARA TODOS, na área de concessão da CELPA, propiciando o atendimento de 236.050 consumidores no período de 2004 a 2008. Neste instrumento são definidas as metas anuais de atendimento e os percentuais de participação financeira de cada uma das fontes de recursos.

A origem dos recursos para a realização do Programa ficou assim definida:
• 15% - Participação financeira da concessionária;
• 65% - Subvenção econômica com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE;
• 10% - Financiamento com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR;
• 10% - Subvenção Econômica com recursos do Estado.

A CELPA é signatária do Contrato de Financiamento e Concessão de Subvenção - ECFS nº. 0033/2004, assinado em 23 de junho de 2004, com a Eletrobrás no âmbito do Programa Luz para Todos, a composição dos recursos financeiros estão distribuídos da seguinte forma:

Valor total do Programa R\$ 286.123
Recursos da Reserva Global de Reversão - RGR - R\$ 28.612
Recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - R\$ 185.980
Recursos do Agente Executor - R\$ 42.819
Recursos do Estado do Pará - R\$ 28.612
Para atender a 46.000 novos consumidores.

13. ENCARGOS FINANCEIROS E EFEITOS INFLACIONÁRIOS

Em virtude do disposto na Resolução ANEEL nº. 001, de 24/12/1997 e Deliberação CVM nº. 193, de 11/7/1996, os juros e demais encargos financeiros, incluindo efeitos inflacionários e cambiais do exercício findo em 31 de dezembro de 2004 relativamente aos financiamentos obtidos de terceiros, para aplicação no imobilizado em curso, estão registrados como custo desse ativo, como segue:

	Geração	Distribuição	Comercialização	Atividade não vinc.	Total	
					2004	2003
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Encargos financeiros apropriados no resultado.....	7.231	15.494	19.303	6.593	48.621	47.590
(-) Transferência para o imobilizado em curso.....	-	(3.034)	-	-	(3.034)	(3.714)
Líquido.....	7.231	12.460	19.303	6.593	45.587	43.876
Efeitos inflacionários apropriados no resultado.....	(1.677)	(1.652)	25.165	-	21.836	(17.944)
(-) Transferência para o imobilizado em curso.....	-	-	-	-	-	-
Líquido.....	(1.677)	(1.652)	25.165	-	21.836	(17.944)

14. DIFERIDO

Em consonância com a Medida Provisória nº. 03/01 de 26/9/2001 e Deliberação CVM nº. 404/01, de 27/9/2001, com nova redação dada pela Deliberação nº. 409/01, de 1/11/2001, a Companhia optou pelo diferimento das variações cambiais ocorridas durante o ano de 2001, as quais foram amortizadas totalmente no exercício findo em 31 de dezembro de 2004.

	2004	2003
	R\$	R\$
Variação cambial diferida:		
Custo.....	36.486	36.486
(-) Amortização acumulada.....	(36.486)	(32.126)
Subtotal.....	-	4.360
Outros valores diferidos - líquidos.....		

CONTINUAÇÃO

(d) Parcelamentos concedidos pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda do Estado do Pará, no montante de R\$ 38.954 com amortizações mensais e sucessivas de 24 e 36 parcelas, vencendo-se a última parcela em 15/4/2006, sendo corrigidos pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS

a) Composição:

	Companhia					
	2004			2003		
	Encargos	Curto prazo	Longo prazo	Encargos	Curto prazo	Longo prazo
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Moeda nacional:						
Eletrobrás.....	-	5.159	44.848	-	5.159	43.421
BNDES.....	834	45.653	99.549	904	37.350	135.982
Finame.....	1	161	-	6	1.311	154
Capital de giro.....	639	39.957	28.168	435	32.473	38.421
Total moeda nacional.....	1.474	90.930	172.565	1.345	76.293	217.978
Moeda estrangeira:						
Tesouro Nacional.....	1.011	10.940	95.215	1.189	11.552	115.228
Total.....	2.485	101.870	267.780	2.534	87.845	333.206

b) As parcelas de longo prazo (principal e encargos) têm os seguintes vencimentos:

	2004			
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	
	R\$	R\$	R\$	R\$
Consolidado:				
A partir de 2005.....	-	-	-	76.485
2006.....	69.365	9.925	79.290	71.645
2007.....	38.304	6.594	44.898	43.586
2008.....	33.042	6.594	39.636	38.229
2009.....	7.680	5.871	13.551	12.887
2010.....	6.919	5.148	12.067	11.419
2011.....	6.139	5.148	11.287	10.763
2012.....	6.158	3.788	9.946	9.283
2013.....	3.168	2.429	5.597	4.792
2014.....	693	1.214	1.907	1.372
2015.....	658	-	658	-
Após 2015.....	439	48.504	48.943	52.745
Total.....	172.565	95.215	267.780	333.206

c) Composição do saldo devedor por moeda e indexador:

Moeda/Indexador	2004		2003	
	R\$	%	R\$	%
Moeda estrangeira:				
Dólar norte-americano (US\$).....	103.193	96,29	122.275	95,55
Euro.....	3.973	3,71	5.694	4,45
Subtotal.....	107.166	100,00	127.969	100,00
Moeda nacional:				
URTJLP.....	102.448	38,66	124.814	42,22
Ufir.....	50.007	18,87	48.580	16,43
CDI.....	53.938	20,36	62.363	21,10
TJLP.....	10.032	3,79	8.441	2,86
Selic.....	43.750	16,51	50.893	17,21
Outros.....	4.794	1,81	525	0,18
Subtotal.....	264.969	100,00	295.616	100,00
Total.....	372.135		423.585	

d) Os indexadores, base de atualização dos empréstimos e financiamentos, apresentaram as seguintes variações durante o exercício:

Moeda/Indexador:	Variação %	
	2004	2003
US\$ (Dólar norte americano).....	(8,13)	(18,23)
Euro.....	(0,85)	(2,20)
URTJLP (Unidade de Referência - Taxa de Juros de Longo Prazo).....	3,66	5,26
Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia).....	16,25	23,47
CDI (Certificado de Depósito Interbancário).....	16,17	23,47
TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo).....	10,27	11,00
Finel (Fundo de Financiamento da Eletrobrás).....	2,48	1,23
IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado).....	12,41	8,71

e) Detalhamento dos empréstimos e financiamentos:

1) Eletrobrás - Recursos destinados a investimentos no ativo imobilizado, para expansão do Programa Nacional Luz no Campo. O empréstimo é datado de 29/2/2000, a data de vencimento da última parcela ocorrerá em 30/5/2012, a forma de amortização é mensal, e a taxa de juros é de 5% a.a..

Eletrobrás - Empréstimos tomados para a implementação do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica "Luz para Todos", instituído pelo Decreto nº. 4.873, de 11 de novembro de 2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás, com recursos originários da Reserva Global de Reversão - RGR, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE. O prazo para amortização do contrato é de 120 meses em parcelas mensais e sucessivas, com carência de 24 meses, vencendo a primeira parcela em 30/9/2006 e a última parcela em 30/8/2016, a taxa de juros de 6% a.a..

2) BNDES - Programa Emergencial e Excepcional de Apoio Financeiro às Concessionárias de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, o qual destina-se a suprir parte das insuficiências de recursos decorrentes de redução de receita ocorrida durante a vigência do racionamento, com base em contrato iniciado em 7/2/2002, com amortizações mensais vencendo-se a primeira em 15/3/2002, e a última em 15/10/2006. Sobre o principal da dívida incidem juros à taxa de 1% ao ano (a título de "spread"), acima da taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC.

Os recursos destinados a investimentos no ativo imobilizado, para expansão do sistema de transmissão e distribuição de energia, cujo contrato foi assinado em 7/12/1998, são amortizados mensalmente à taxa de juros de 11% a.a. e seu vencimento final ocorrerá em 15/12/2008.

Em 1/12/2003 assinamos contrato destinado a suprir a insuficiência de recursos decorrentes do adiamento de compensação para os reajustes e revisões tarifárias anuais referentes ao período compreendido entre 8/4/2003 e 7/4/2004, o valor liberado de R\$ 6.487, as amortizações são mensais, vencendo a primeira em 15/9/2004 e a última em 15/8/2006, incidindo juros de 1% ao ano (a título de "spread"), mais SELIC.

3) Finame - Investimentos no sistema de transmissão, distribuição e comercialização. As taxas de juros variam de 9% a 11% a.a., e a forma de amortização é mensal, com vencimento final em junho de 2005.

4) Tesouro Nacional - Reestruturação de dívida externa, contrato inicial assinado em 31/12/1997, com taxas de juros que variam de 4,3% a 11% a.a. acrescida da variação cambial, com amortização semestral, e vencimento da última parcela em 15/4/2024.

5) Capital de giro diversos - Em moeda nacional, contratos com taxas de juros entre 5% e 10,8% a.a., na forma de amortização mensal, com vencimento da última parcela em 6/9/2005.

Garantias
Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados, notas promissórias, avais do acionista controlador e receitas futuras de fornecimento de energia elétrica.

f) Mutação de empréstimos e financiamentos:

	Moeda nacional			Moeda estrangeira		
	Curto prazo	Longo prazo	Encargo	Curto prazo	Longo prazo	Encargo
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2003	76.293	217.978	1.345	11.552	115.228	1.189
Ingressos.....	51.332	52.134	-	-	-	-
Encargos.....	-	1.533	35.566	-	-	5.734
Variação monetária e cambial.....	923	4.098	9	(822)	(8.290)	(177)
Transferências.....	103.178	(103.178)	-	11.723	(11.723)	-
Amortizações.....	(140.796)	-	(35.446)	(11.513)	-	(5.735)
Saldo em 31 de dezembro de 2004	90.930	172.565	1.474	10.940	95.215	1.011

18. TAXAS REGULAMENTARES

	Curto prazo	
	2004	2003
	R\$	R\$
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	71	74
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR.....	1.105	2.749
Quota de Conta de Consumo de Combustível - CCC.....	3.143	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.....	414	504
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	252	178
Subtotal.....	4.985	3.505
Parcelamento		
Reserva Global de Reversão - RGR.....	-	3.657
Conta de Consumo de Combustível - CCC.....	-	9.485
Subtotal.....	-	13.142
Total.....	4.985	16.647

19. INDENIZAÇÃO TRABALHISTA PLANO BRESSER

Em 21 de dezembro de 2004 a Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Pará, firmaram acordo referente à ação judicial que transitava na 4ª Vara Trabalhista de Belém do Pará, movida pelo Sindicato que pleiteava 26,06% de reajuste sobre os salários congelados em junho/1987, denominado Plano Bresser, homologado em todos os termos da petição. O presente acordo obriga a Celpa a pagar o valor homologado no montante de R\$ 370.000 atualizado monetariamente pela variação acumulada do INPC/IBGE a partir de janeiro de 2005 a 25 de agosto de 2012, da seguinte forma: Em 2005 R\$ 20.000, em 2006 R\$ 30.500, em 2007 R\$ 36.500, em 2008 R\$ 42.500, em 2009 R\$ 75.500, em 2010 R\$ 48.500, em 2011 R\$ 48.500 e em 2012 R\$ 68.000.

20. OUTROS PASSIVOS

	Curto prazo		Longo prazo	
	2004	2003	2004	2003
	R\$	R\$	R\$	R\$
Convênios de arrecadação.....	833	721	-	-
Taxa de iluminação pública.....	3.235	5.999	-	-
Conta paga em duplicidade.....	1.463	1.378	-	-
Entidades seguradoras.....	153	233	-	-
Juros do empréstimo compulsório - Eletrobrás.....	142	738	-	-
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico.....	-	159	-	-
Redeprev - Fundação Rede de Previdência.....	1.813	1.609	12.163	13.168
Encargo de capacidade emergencial.....	6.077	6.054	-	-
Encargo de aquisição emergencial de energia elétrica.....	83	-	-	-
Outros credores (a).....	8.571	8.571	16.633	25.204
Subvenção ICMS - CCC (b)....	-	-	16.918	-

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2004 é de R\$ 518.932, e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Número de ações em milhares									
	Ordinárias		A		B		C		Total	
		%		%		%		%		%
QMRA.....	32.656.151	54,98	45.394	2,09	-	-	25.465	2,12	32.727.010	51,26
Eletrobrás.....	20.664.720	34,79	121.339	5,60	1.074.634	99,01	-	-	21.860.693	34,24
Outros.....	6.076.626	10,23	2.000.083	92,31	10.740	0,99	1.175.785	97,88	9.263.234	14,50
Total.....	59.397.497	100,00	2.166.816	100,00	1.085.374	100,00	1.201.250	100,00	63.850.937	100,00

Os acionistas terão direito de receber como dividendos obrigatórios em cada exercício, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado. A distribuição dos dividendos será efetuada, observando-se a preferência das ações preferenciais em relação às ordinárias, da seguinte forma:

a) Os titulares das ações preferenciais terão assegurado o recebimento dos dividendos mínimos previstos no artigo 8º do estatuto, se a porcentagem de 25% dos lucros líquidos, prevista no "caput" desse artigo, não permitir melhor remuneração às ações preferenciais;

b) Não haverá prioridade para recebimento dos dividendos mínimos para as classes de ações preferenciais, de forma que, se o valor disponível para distribuição for insuficiente para pagamento integral dos dividendos mínimos das três classes de ações preferenciais, as ações das três classes participarão igualmente da distribuição, no limite do percentual assegurado a cada classe;

c) Após o pagamento dos dividendos mínimos das ações preferenciais, e a medida que o saldo dos lucros líquidos permitir, os acionistas que possuem ações ordinárias receberão os mesmos dividendos mínimos pagos às ações preferenciais, destinando-se o saldo dos dividendos, se houver, às ações ordinárias e preferenciais em igualdade de condições;

d) Os dividendos atribuídos às ações ordinárias não poderão ser superiores aos pagos a qualquer das classes das ações preferenciais. O estatuto estabelece distribuição de dividendo mínimo sobre o valor do capital representado pelas respectivas classes de ações nos seguintes percentuais:

- Ações preferenciais classe "A" - 6%
- Ações preferenciais classe "B" - 10%
- Ações preferenciais classe "C" - 3%

	2004		2003	
	R\$	R\$	R\$	R\$
Reservas de capital				
Doações e subvenções para investimentos.....	1.260	1.260	-	-
Remuneração de bens e direitos constituídos c/ capital próprio.....	36.721	36.721	-	-
Total.....	37.981	37.981		
Reservas de lucros				
Reserva legal.....	-	7.022	-	-
Reserva de investimento.....	-	63.172	-	-
Reserva de retenção de lucros.....	-	7.808	-	-
Total.....		78.002		

23. FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Nº. de consumidores (*)		MWh (*)		R\$	
	2004	2003	2004	2003	2004	2003
	Residencial.....	1.117.162	1.044.296	1.658.482	1.594.931	568.894
Industrial.....	3.878	3.818	990.880	885.188	228.204	180.904

	Despesas com vendas		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas operacionais	
	2004	2003	2004	2003	2004	2003
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Pessoal.....	16.473	11.994	29.164	27.286	-	-
Administradores.....	-	-	2.701	2.718	-	-
Material.....	13	471	3.481	4.691	-	-
Serviço de terceiros..	21.046	15.719	35.300	29.792	-	-
Quota CCC.....	-	-	-	-	37.910	18.302
Depreciação e amortização.....	-	-	2.812	2.744	218	161
Arrendamentos e aluguéis.....	21	2.530	1.718	5.379	-	-
Tributos.....	-	-	8.028	20.327	1.162	-
Provisões (Liq. de Reversão).....	8.005	1.778	-	-	(6.603)	972
Outros.....	3.664	4.646	11.217	8.483	14.877	9.912
Total geral.....	49.222	37.138	94.421	101.420	47.564	29.347

(*) Informações não auditadas.

	Curto prazo		Longo prazo	
	2004	2003	2004	2003
	R\$	R\$	R\$	R\$
Outros.....	7.781	10.963	4.805	6.787
Total.....	30.151	36.425	50.519	45.159

(a) Refere-se ao valor devido contra o credente a aquisição de créditos registrados no realizável a longo prazo, cujos contratos estipulam que os pagamentos sejam feitos em 24 e 50 parcelas mensais e sucessivas (vide nota explicativa nº08).

(b) Refere-se ao ressarcimento do ICMS de combustíveis por conta da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC às empresas com geração térmica que atuam no sistema isolado, impossibilitadas de compensar integralmente o ICMS, com débitos apurados na venda de energia elétrica. O artigo 86, da Lei nº. 10.833, de 29 de dezembro de 2003, que altera o artigo 8º da Lei nº. 8.631, de 4 de março de 1993, estabeleceu que a CCC assumisse esse ônus, na sua integralidade, no ano de 2004 e parcialmente durante os anos de 2005 a 2008.

21. PROVISÕES PARA PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

|--|



CONTINUAÇÃO

28. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2004	2003
	R\$	R\$
Receitas não operacionais		
Ganhos na alienação de bens e direitos.....	1.231	41
Outras receitas não operacionais.....	374	3.534
Subtotal.....	1.605	3.575
Despesas não operacionais		
Perdas na desativação de bens e direitos.....	(1.021)	(2.453)
Perdas na alienação de bens e direitos.....	(3.011)	(2.478)
Outras despesas não operacionais.....	(1.020)	(606)
Subtotal.....	(5.052)	(5.537)
Total.....	(3.447)	(1.962)

29. ITENS EXTRAORDINÁRIOS

Refere-se ao acordo relativo à indenização trabalhista - Plano Bresser, firmado em 21 de dezembro de 2004, líquido dos efeitos tributários: (Vide nota explicativa nº. 19)

Plano Bresser - Valor do acordo.....	370.000
(-) Efeitos tributários.....	(125.800)
Líquido.....	244.200

30. ACORDO GERAL DO SETOR ELÉTRICO

O acordo abrangiu as perdas de margem incorridas pelas distribuidoras e geradoras no período de vigência do Programa Emergencial de redução do consumo de energia elétrica, os custos adicionais da denominada Parcela A para o período de 1/1/2001 a 25/10/2001, a parcela dos custos com a compra de energia no âmbito da CCEE, denominada "energia livre", realizadas até dezembro de 2002 e a substituição do direito contratual previsto no Anexo V dos Contratos Iniciais (Compra e venda de energia). As informações do exercício findo em 31 de dezembro de 2004 contemplam os seguintes ajustes decorrentes do Acordo:

No resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2004						
Saldo em 2003	Transf.	Resultado operacional	Repasso aos agentes	Custo operacional	Resultado financeiro	Saldo em 2004
Ativo circulante:						
Recomposição de receita..... 30.373 20.932 (27.345) - - 4.808 28.768						
Energia livre..... 18.984 25.753 (21.515) - - 1.780 25.002						
Realizável a longo prazo						
Recomposição de receita..... 28.077 (20.932) - - - 3.400 10.545						
Energia livre..... 32.348 (25.753) - - - 6.067 12.662						
Despesa paga antecipadamente - parcela "A"..... 2.914 - - - - 402 3.316						
Passivo circulante						
Energia livre..... (22.018) (21.895) - 14.850 2.284 (3.449) (30.228)						
Exigível a longo prazo						
Conta de compensação de variação de custos - parcela "A" (1.326) - - - - (183) (1.509)						
Energia livre..... (33.996) 21.895 - - - (6.451) (18.552)						
Total líquido..... 55.356 - (48.860) 14.850 2.284 6.374 30.004						

Os montantes de energia livre, registrados na Companhia como contas a receber dos consumidores (curto e longo prazo) tendo como contrapartida contas a pagar às geradoras (curto e longo prazo), referentes às transações de energia livre, cujo valor será faturado aos consumidores através da Recomposição Tarifária Extraordinária e repassado às geradoras na forma de reembolso de pagamento, sem quaisquer ônus e de inadimplência para essas geradoras. O registro contábil dessa transação como custo e receita não produz efeito no resultado do exercício.

O BNDES aprovou linha de crédito para financiamento correspondente a 90% dos valores de recuperação das perdas decorrentes do Programa de Racionamento. O montante liberado até 31 de dezembro de 2004 é de R\$ 86.245, sendo que o vencimento da última parcela ocorrerá em 18/8/2006, o contrato é corrigido à taxa de 1% (a título de spread), acima da taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - Selic.

A Resolução Normativa ANEEL nº. 1, de 12 de janeiro de 2004, publicada no Diário Oficial de 16/1/2004, retificou o montante que haviam sido homologados pelas Resoluções nºs 483 e 484, de 29/8/2002 relativos à compra de energia no âmbito da CCEE, durante a vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica e alterou os prazos máximos de permanência da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE nas tarifas de fornecimento de energia elétrica em função da exclusão da compensação das variações dos itens da Parcela A, conforme determinação da Lei nº. 10.438, de 26 de abril de 2002. Essa recomposição vigorará pelo prazo máximo de 72 meses e na Companhia pelo período de 52 meses a partir de dezembro de 2001. Em razão da retificação apresentada, a companhia procedeu aos ajustes necessários nas demonstrações contábeis do exercício de 2003. De acordo com estudo detalhado preparado pela administração da Companhia, o prazo determinado pela ANEEL é suficiente para a recuperação desses valores.

Impactos do novo modelo do setor elétrico:

a) Comercialização de Energia Elétrica e Outorga de Concessões.

Em 30 de julho de 2004, o Governo Federal promulgou o Decreto nº. 5.163, que regulamenta a comercialização de energia elétrica nos Ambientes de Contratação Regulada e Livre; e dispõe sobre o processo de outorga de concessões e autorizações para geração de energia elétrica. Suas principais disposições versam sobre:

- Regras gerais de comercialização de energia elétrica;
- Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Regulada (incluindo as regras sobre informações e declarações de necessidades de energia elétrica, leilões para compra de energia elétrica, contratos de compra e venda de energia elétrica e repasse às tarifas dos consumidores);
- Comercialização e liquidação de diferenças no mercado de curto prazo; e
- Outorgas de concessão.

b) Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE.

Em 9 de agosto de 2004, o Governo Federal promulgou o Decreto nº. 5.175, que cria o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, que será presidido e coordenado pelo MME e composto por representantes da ANEEL, da Agência Nacional de Petróleo, da CCEE, da EPE e do ONS. As principais atribuições do CMSE serão acompanhar as atividades do setor energético, avaliar as condições de abastecimento e atendimento ao mercado de energia e elaborar propostas de ações preventivas ou saneadoras visando à manutenção ou restauração da segurança no abastecimento e no atendimento eletroenergético, encaminhando-as ao CNPE

c) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O MAE foi extinto e suas atividades e ativos foram absorvidos pela nova CCEE, a qual foi constituída sob a forma de pessoa jurídica de direito privado sob a regulamentação e fiscalização da ANEEL. A finalidade da CCEE é viabilizar a comercialização de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional, promovendo, desde que delegado pela ANEEL, os leilões de compra e venda de energia elétrica. A CCEE será responsável pelo registro de todos os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e dos contratos resultantes dos leilões de ajustes, bem como dos montantes de potência e energia dos contratos celebrados no Ambiente de Contratação Livre - ACL, e pela contabilização e liquidação dos montantes de energia elétrica comercializados no mercado de curto prazo, dentre outras atribuições.

A CCEE será composta pelas concessionárias, permissionárias, autorizadas de serviços de energia elétrica e consumidores livres e seu Conselho de Administração será composto de cinco membros, sendo quatro indicados pelos referidos agentes e um pelo MME, que será o seu presidente.

d) Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

Em 16 de agosto de 2004, por meio do Decreto nº. 5.184, o Governo Federal criou a Empresa de Pesquisa Energética - EPE e aprovou o seu estatuto social. A EPE é uma empresa pública federal, responsável pela condução de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, incluindo as indústrias de energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis, bem como na área de eficiência energética. Os estudos e as pesquisas desenvolvidas pela EPE subsidiarão a formulação, o planejamento e a implementação de ações do MME no âmbito da política energética nacional.

e) Impactos do Primeiro Leilão de Compra e Venda de Energia.

Em 7 de dezembro de 2004, foi realizado o primeiro leilão de energia elétrica de empreendimentos existentes conforme o Decreto nº. 5.163, de 30 de julho de 2004, e a Resolução Normativa ANEEL nº. 110, de 3 de novembro de 2004. Adicionalmente, o artigo 2º da Lei nº. 10.848, de 2004, dispõe que as concessionárias, as permissionárias e as autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional - SIN devam garantir o atendimento à totalidade de seu mercado, mediante contratação regulada, por meio de licitação, conforme regulamento. O §11 do mesmo artigo determina que cabe à ANEEL a realização das licitações para contratação regulada de energia elétrica, diretamente ou por intermédio da CCEE. Como concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, a Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA participou do leilão na qualidade de compradora de energia. Foi adquirida energia para o atendimento total do mercado da concessionária para o triênio 2005-2007. Tais contratos iniciam-se em 2005, 2006 e 2007 e terminam em 2012, 2013 e 2014, respectivamente.

Extrato do leilão para a CELPA:

	2005	2006	2007
Volume adquirido no leilão (MWh médios).....	436,21	198,14	75,95
Preço médio (R\$/MWh).....	57,51	67,33	75,46

Principais fornecedores de energia oriundos do leilão: CEEE, Cemig, Cesp, Copel Geração, Duke, Eletronorte, EMAE, Excelsa, Furnas, Light e Tractebel. A Administração da Companhia entende que esse novo modelo não causa e nem irá causar impactos relevantes nas suas operações a curto e médio prazo, principalmente, em razão do compromisso já assumido pelo atual governo de garantir o cumprimento dos contratos iniciais e bilaterais já firmados.

31. REVISÃO TARIFÁRIA

A Companhia, em agosto de 2003, passou pelo processo de Revisão Tarifária Periódica, conforme previsto no Contrato de Concessão da Empresa. Esta revisão teve como objetivo reposicionar as tarifas de fornecimento de energia elétrica à nível compatível com a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de Concessão e a determinação do Fator X. O reposicionamento tarifário visa proporcionar receita necessária para a cobertura de custos operacionais eficientes e remuneração adequada de investimentos prudentes.

Já o fator X, é um mecanismo que permite dividir com os consumidores, por meio das tarifas, os ganhos de produtividade das distribuidoras de energia elétrica.

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº. 388, de 6 de agosto de 2003, estabeleceu os resultados da primeira revisão tarifária periódica da Companhia, e fixou o reposicionamento tarifário periódico de 27,05 % a ser aplicado sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica vigentes, devendo o valor definitivo ser estabelecido quando da definição do valor da Quota de Reintegração regulatória e da Base de Remuneração Regulatória, nos termos do disposto na Resolução ANEEL nº. 493, de 4 de setembro de 2002.

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº. 188, de 5 de agosto de 2004, estabeleceu o resultado final da primeira revisão tarifária periódica da Companhia, fixando o reposicionamento tarifário periódico em 20,21 %.

No exercício de 2004, o impacto médio no faturamento da empresa, proveniente do processo de reajuste tarifário ordinário anual foi de 0,88%. O percentual em questão decorreu basicamente dos ajustes relativos à conclusão do processo de reposicionamento tarifário.

32. PLANO DE APOSENTADORIA E PENSÃO

A Companhia patrocina em conjunto com seus empregados em atividade, empregados e respectivos beneficiários, planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da Previdência Social, cuja administração é feita através da Redeprev Fundação Rede de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

Os planos de benefícios instituídos pela Companhia junto a Redeprev são:

- a) Plano de Benefícios Celpa BD-I** - está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos participantes ativos, participantes assistidos e patrocinadora. Este plano encontra-se em extinção para novas adesões desde 1/1/1998;
- b) Plano de Benefícios Celpa BD-II** - instituído em 1/1/1998, e encontra-se em extinção desde 1/4/2000, quando foi bloqueada a adesão de novos participantes. O Plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos participantes ativos, assistidos e pela patrocinadora;
- c) Plano de Benefícios Celpa-R** - instituído em 1/4/2000 e oferece cobertura aos beneficiários de risco de suplementações de aposentadoria por invalidez, auxílio doença e pensão por morte, e pecúlio por morte. O Plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado exclusivamente pela patrocinadora; e
- d) Plano de Benefícios Celpa-OP** - instituído em 1/4/2000 e oferece o benefício de renda mensal vitalícia, após o prazo de diferimento. O Plano, durante o prazo de diferimento do benefício, está estruturado na forma de Contribuição Definida e o valor da renda mensal está vinculado ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do participante. A renda mensal vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente uma vez a cada ano, sendo nesta fase considerada Benefício Definido. O custeio do plano é feito pelos participantes ativos (90%) e pelas patrocinadoras (10%).

Situação financeira dos planos de benefícios - Avaliação Atuarial - Data Base 30/11/2004:

a) Número de participantes/beneficiários:

	Celpa BD-I	Celpa BD-II	Celpa-R	Celpa-OP
Número de participantes.....	1	30	2.265	2.331
Número de assistidos.....	281	207	5	10
Número de pensionistas (famílias) ..	22	120	6	-
	304	357	2.276	2.341

b) Plano de contribuição definida - Plano Celpa-OP:

Em 30 de novembro de 2004, o saldo dos benefícios acumulado referente ao plano de contribuição definida é de R\$ 38.643 (R\$ 30.985 em 2003). O saldo dos benefícios acumulados corresponde ao fundo formado pelas contribuições individuais de cada participante e contribuições da patrocinadora, acrescidas dos respectivos rendimentos. As contribuições são determinadas anualmente com base no plano de custeio do Plano Celpa - OP.

c) Planos de benefício definido - Planos Celpa BD-I, Celpa - BD-II, Celpa - R: Deliberação CVM nº. 371/00

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia, em 30 de novembro de 2004, dos planos de benefícios definidos, seguindo os critérios requeridos pela Deliberação CVM nº. 371/00, o passivo atuarial da Companhia é conforme segue:

Premissas atuariais

As principais premissas atuariais em 30 de novembro de 2004 utilizadas para determinação da obrigação atuarial são as seguintes:

	Taxa	
	Real	Nominal
Taxa de desconto.....	6,0% a.a.	16,6% a.a.
Taxa de rendimento esperada s/ os ativos (investimentos) do plano.....	6,0% a.a.	16,6% a.a.
Taxa de crescimento salarial futuro.....	2,0% a.a.	12,2% a.a.
Taxa de reajuste de benefícios.....	0% a.a.	10,0% a.a.
Taxa de inflação esperada.....	0% a.a.	10,0% a.a.
Fator de capacidade (dos salários e benefícios).....	0,98	0,98
Tábua de mortalidade.....	IBGE 2003	

Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	2004		2003	
	Plano Celpa BD-I	Plano Celpa BD-II	Plano Celpa R	Plano Celpa OP
Plano de benefícios previdenciais	R\$	R\$	R\$	R\$
Valor presente das obrigações atuariais				
Benefício definido	74.829	41.333	1.476	1.152
Contribuição definida	-	-	-	-
Total.....	74.829	41.333	1.476	1.152
Valor justo dos ativos				
benefício definido...	87.935	44.710	6.322	1.152
Contribuição definida	-	-	-	-
Total.....	87.935	44.710	6.322	1.152
Parcela não atribuída à Patrocinadora (Lei nº. 109).....	-	-	-	-
Valor presente de obrigação à descoberto (*).....	-	-	-	-
Total.....	-	-	-	-
Valor presente das obrigações atuariais à descoberta (ativo não contabilizado)	(13.106)	(3.377)	(4.846)	(7.412)
Total.....	(13.106)	(3.377)	(4.846)	(7.412)

(*) Passivo previdencial referente compromisso Resolução nº10 de 4/8/1989 deliberada

pela companhia e ex-empregados e pensionistas, datado de 11/6/1996, cuja avaliação atuarial foi realizada tendo como base a situação cadastral existente em 31/12/2004.

Reconciliação contábil - Passivo

	2004		
	Deliberação CVM 371	Confissão de dívida (*)	Total
	R\$	R\$	R\$
Saldo em 31.12.2003.....	13.868	14.777	28.645
Despesa do exercício.....	3.443	1.650	5.093
Pagamentos de contribuições / dívida.....	-	(2.451)	(2.451)
Saldo em 31.12.2004.....	17.311	13.976	31.287

d) Contas a pagar à Redeprev - Confissão de dívida (*):

Em 7 de junho de 1996 foi assinado o Instrumento Particular de Confissão de Dívida, consolidando dívidas no montante de R\$ 12.727 naquela data. O valor contratado está sendo amortizado em 180 parcelas mensais, atualizadas monetariamente pela variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC e acrescidas de juros de 0,5% ao mês, com vencimento final para 30 de junho de 2011. O saldo não amortizado em 31 de dezembro de 2004, no montante de R\$ 13.976 (R\$ 14.777 em 2003), está registrado no passivo circulante (R\$ 1.813) e exigível à longo prazo (R\$ 12.163), na rubrica "Outros".

e) Contribuições efetuadas no ano:

Em 31 de dezembro de 2004 foi destinado aos 4 planos de benefícios o montante de contribuições no valor de R\$ 2.499 (R\$ 2.222 em 2003), registrados como despesas de pessoal.

f) Outras informações:

A Companhia é responsável pela cobertura integral de qualquer déficit apurado nos planos de benefícios caracterizados como benefício definido.

33. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja diretamente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As principais coberturas são:

Risco	Data de vencimento	Importância segurada	Prêmio
		R\$	R\$
Incêndio, raio, explosão, e danos elétricos.....	31/7/2005	19.500	504
Danos materiais e corporais.....	31/7/2005	20.000	129
Incêndio, roubo, colisão, danos materiais e corporais.....	1/8/2005	8.490	167
Aeronáutico - Responsabilidade Civil (RETA).....	15/10/2005	170	1
Aeronáutico - Casco / LUC.....	15/10/2005	84.675	100
Riscos rodoviários / transporte fluvial.....	31/12/2004	1.062	2
Embarcação.....	05/04/2005	288	11
Garantia.....	1/1/2005	666	5
Subtotal.....		134.851	919
Vida em grupo - morte e acidentes pessoais.....	31/12/2004	73.697	21
Total.....		208.548	940

Riscos

Riscos Operacionais - Na apólice contratada foram destacadas as substâncias e usinas nomeando todos os locais segurados, com os respectivos valores em risco e seus limites máximos de indenização.

A apólice possui cobertura securitária, mas sem se limitar a riscos, tais como incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, riscos diversos, equipamentos eletrônicos e de informática, inundação, quebra de máquinas e outros riscos da natureza.

Responsabilidade Civil Geral - Cobertura dos Danos Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações comerciais e industriais.

Transportes - Cobertura garantindo os reparos e/ou reposição dos bens de sua propriedade em decorrência de sinistros ocorridos durante os transportes terrestres, aéreos e lacustres destes.

Aeronáutico Responsabilidade Civil (RETA) - Cobertura da aeronave e de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

Aeronáutico Casco / LUC - Informamos que o Seguro é feito em dólar; estamos apresentando o valor atualizado em Reais com a cotação de 31/12/04 (R\$ 2,6544).

Automóveis - Cobertura de Colisão, Incêndio e Roubo (casco) e de Danos Materiais e Corporais causados a terceiros (RCF) em decorrência de acidentes automobilísticos.

Vida em Grupo - Cobertura de morte de qualquer tipo, invalidez permanente total ou parcial, por acidente e invalidez permanente e/ou total por doença ocorridas com empregados.

34. ARRENDAMENTO MERCANTIL

Os principais contratos de arrendamento mercantil, com características de leasing financeiro, estão resumidos a seguir:

Descrição do contrato	Bem	
	Aeronave	Transformador
Raytheon Corporation	Banco GE Capital	
Data	18/8/1999	18/4/2000
Prazo	10 anos	5 anos
Vida útil econômica do bem	5 anos	27 anos
Moeda	US\$	US\$
Valor presente	US\$ 2.730 mil	US\$ 1.964 mil
Forma de amortização	40 parcelas trim. de US\$ 58 mil (princ.)	60 parcelas mensais US\$ 45 mil, sendo a 1ª. em 6/2000 e a última em 5/2005.
Taxa de juros	Libor + 2,5% a.a.	14,17% a.a.
Valor da opção de compra	R\$ 1.183	R\$ 57
Saldo do valor residual antecipado	R\$ 1.183	Não há
Contraprestação do exercício	R\$ 924	R\$ 1.681

35. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS

A Companhia formalizou a opção pelo Programa de Recuperação Fiscal - Refis, instituído pelo Governo Federal através da Lei nº. 9.964, de 10 de abril de 2000, o qual se destina a promover a regularização de débitos tributários e previdenciários vencidos até 29 de fevereiro de 2000, e em 29 de junho de 2000 consolidou os débitos mediante a entrega da Declaração - Refis.

O débito consolidado está sendo pago desde abril de 2000, em parcelas mensais determinadas mediante a aplicação do percentual de 1,2% sobre a receita bruta mensal. As parcelas do débito consolidado pagas no exercício findo em 31 de dezembro de 2004, montam em R\$ 18.170 (principal de R\$ 12.662 e encargos de R\$ 5.508).

Sobre o saldo devedor incidem juros mensais equivalentes à variação da TJLP. Como garantia do cumprimento de todas as obrigações do Refis foi oferecida carta de fiança da Denerge - Desenvolvimento Energético S.A..

A opção pelo Refis implica a obrigatoriedade do pagamento regular dos impostos e contribuições, conforme previsto na legislação. O valor total referente ao Refis é composto por:

Tributo	2004			2003	
	Principal	Encargos	Total	Principal	Total
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$

As parcelas do débito consolidado pagas no exercício findo em 31 de dezembro de 2004, montam em R\$ 15.516 (principal de R\$ 14.083 e encargos de R\$ 1.433). Sobre o saldo devedor incidem juros mensais equivalentes à variação da TJLP. A opção pelo PAES implica a obrigatoriedade do pagamento regular dos impostos e contribuições, conforme previsto na legislação. O valor total referente ao PAES é composto por:

Tributo	2004			2003
	Principal	Encargos	Total	Total
	R\$	R\$	R\$	R\$
IRPJ.....	10.009	1.460	11.469	11.721
CSLL.....	5.609	817	6.426	6.567
PIS.....	23.716	2.454	26.170	24.761
COFINS.....	63.041	7.454	70.495	69.028
CPMF.....	16.202	2.359	18.561	18.968
IOF.....	7.919	1.153	9.072	9.271
PGFN.....	149	21	170	183
Total	126.645	15.718	142.363	140.499

37. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais encontram-se integralmente registrados em contas patrimoniais. Essas operações destinam-se a atender às suas necessidades quanto a maximização da rentabilidade dos recursos líquidos de caixa, e a captação de recursos necessários para manutenção do capital de giro e suprimento do seu plano de investimentos. Não foi feita estimativa do valor de mercado de investimentos em empresas de capital fechado por não existir um mercado ativo para aqueles papéis. A administração da Companhia estima que os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos registrados em contas patrimoniais não apresentam diferenças significativas em relação aos reconhecidos nas demonstrações contábeis. O valor contábil dos instrumentos financeiros referentes aos demais ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado.

Risco de crédito

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os consumidores localizados na área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que deixem de efetuar o pagamento das faturas.

Risco de taxa de câmbio

O endividamento e o resultado das operações da Companhia são afetados significativamente pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio (dólar norte-americano). Em 31 de dezembro de 2004, o saldo total de empréstimos montava em R\$ 372.135, dos quais R\$ 107.166 eram referentes a captações em moeda estrangeira. A Companhia não mantém transações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2004.

Risco de preço

Anualmente as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica com base nas variações dos custos não gerenciáveis (denominados Parcela A) e pela variação do IGP-M para os custos gerenciáveis (denominados Parcela B). Esses pleitos são revisados e homologados pela ANEEL. As tarifas de acordo com o contrato de concessão devem garantir o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia.

Risco de mercado

O risco de mercado da Companhia, deve ser analisado dentro de um contexto de mudanças no modelo do setor elétrico brasileiro, no qual a Companhia está inserida.

38. TERMO DE COMPROMISSO

O Termo de Compromisso celebrado com o Governo do Estado do Pará em sua cláusula 3ª, estabelece que 1,5% da receita líquida com vendas de energia elétrica seja investido em obras de interesse sócio-econômico do Estado. No exercício de 2004, a receita líquida ajustada com vendas de energia elétrica totalizou R\$ 897.551 (R\$ 770.557 em 2003), sendo que 1,5% desse montante totalizou R\$ 13.463 (R\$ 11.558 em 2003) a serem investidos conforme previsto na cláusula 3ª, do Termo de Compromisso.

39. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, as unidades de negócio de Distribuição (DIS) e Comercialização (COM) estão sendo apresentadas em conjunto, conforme Ofício Circular nº. 2.306/04 (item 2.3, alínea i do anexo):

	2004				2003			
	GER (*)	DIS / COM (*)	AV (*)	Total	GER (*)	DIS / COM (*)	AV (*)	Total
RECEITA OPERACIONAL BRUTA								
Fornecimento de energia elétrica.....	22.272	1.312.425	-	1.334.697	13.737	1.100.551	-	1.114.288
Suprimento de energia elétrica.....	-	1.912	-	1.912	-	8.976	-	8.976
Outras receitas operacionais.....	102.116	18.778	6.863	127.757	88.000	11.388	3.531	102.919
Total da receita operacional bruta.....	124.388	1.333.115	6.863	1.464.366	101.737	1.120.915	3.531	1.226.183
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERAC. BRUTA								
ICMS sobre fornecimento de energia elétrica.....	-	(305.339)	(403)	(305.742)	-	(253.904)	(565)	(254.469)
Quotas para reserva global de reversão.....	(761)	(13.470)	-	(14.231)	(910)	(14.578)	-	(15.488)
Impostos e contribuições sobre a receita.....	(10.150)	(75.837)	(631)	(86.618)	(4.786)	(54.001)	(164)	(58.951)
Outras.....	-	(32.483)	-	(32.483)	-	(23.799)	-	(23.799)
Total de deduções da receita operacional bruta.....	(10.911)	(427.129)	(1.034)	(439.074)	(5.696)	(346.282)	(729)	(352.707)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	113.477	905.986	5.829	1.025.292	96.041	774.633	2.802	873.476
CUSTO DO SERVIÇO DE ENER. ELÉTRICA								
Energia elétrica comprada para revenda.....	-	(253.737)	-	(253.737)	-	(231.013)	-	(231.013)
Encargo de uso do sist. de transm. e distribuição.....	-	(70.072)	-	(70.072)	-	(60.454)	-	(60.454)
Total de deduções da receita operacional bruta.....	-	(323.809)	-	(323.809)	-	(291.467)	-	(291.467)
CUSTO DE OPERAÇÃO								
Pessoal.....	(8.552)	(36.282)	-	(44.834)	(2.911)	(41.012)	-	(43.923)
Material.....	(1.130)	(7.932)	-	(9.062)	(905)	(7.486)	-	(8.391)
Matéria-prima e ins. p/produção de energia elétrica.....	(103.788)	-	-	(103.788)	(92.881)	-	-	(92.881)
Serviços de terceiros.....	(34.367)	(41.635)	-	(76.002)	(21.848)	(42.131)	-	(63.979)
Depreciação e amortização.....	(2.540)	(47.396)	-	(49.936)	(2.576)	(45.882)	-	(48.458)
Arrendamentos e alugueis.....	(56)	(2.079)	-	(2.135)	(14)	(3.252)	-	(3.266)
Outros.....	(206)	(1.619)	-	(1.825)	16	8.183	-	8.199
Total do custo de operação.....	(150.639)	(136.943)	-	(287.582)	(121.119)	(131.580)	-	(252.699)
CUSTO DO SERVIÇO PREST. A TERCEIROS.....	(4)	(6.552)	-	(6.556)	-	(4.555)	-	(4.555)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO.....	(37.166)	438.682	5.829	407.345	(25.078)	347.031	2.802	324.755
DESPESAS OPERACIONAIS								
Despesas com vendas.....	-	(49.222)	-	(49.222)	-	(37.138)	-	(37.138)
Despesas gerais e administrativas.....	(24.494)	(69.927)	-	(94.421)	(20.272)	(81.148)	-	(101.420)
Outras despesas operacionais.....	(414)	(46.932)	(218)	(47.564)	(1.544)	(27.642)	(161)	(29.347)
Total de despesas operacionais.....	(24.908)	(166.081)	(218)	(191.207)	(21.816)	(145.928)	(161)	(167.905)
RESULTADO DO SERVIÇO.....	(62.074)	272.601	5.611	216.138	(46.894)	201.103	2.641	156.850
Resultado de participações societárias.....	-	-	1.835	1.835	-	-	836	836
Resultado financeiro.....	(38.140)	(38.044)	(5.034)	(81.218)	(10.973)	(48.976)	(1.641)	(61.590)
RESULTADO OPERACIONAL.....	(100.214)	234.557	2.412	136.755	(57.867)	152.127	1.836	96.096
RESULTADO NÃO OPERACIONAL								
Receita não operacional.....	213	1.266	126	1.605	25	3.550	-	3.575
Despesa não operacional.....	(669)	(4.383)	-	(5.052)	(781)	(4.756)	-	(5.537)
Total do resultado não operacional.....	(456)	(3.117)	126	(3.447)	(756)	(1.206)	-	(1.962)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IR E C.SOCIAL.....	(100.670)	231.440	2.538	133.308	(58.623)	150.921	1.836	94.134
Total do imposto de renda e contribuição social.....	21.939	(35.710)	-	(13.771)	(9.365)	(36.469)	-	(45.834)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA REVERSÃO DO JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO E DOS ITENS EXTRAORDINÁRIOS.....	(78.731)	195.730	2.538	119.537	(67.988)	114.452	1.836	48.300
Reversão dos juros sobre o capital próprio.....	-	-	-	-	-	10.000	-	10.000
LUCRO (PREJUÍZO) DOS ITENS EXTRAORDINÁRIOS..	(78.731)	195.730	2.538	119.537	(67.988)	124.452	1.836	58.300
Itens extraordinários.....	-	(244.200)	-	(244.200)	-	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	(78.731)	(48.470)	2.538	(24.663)	(67.988)	124.452	1.836	58.300

(*) Informações não auditadas

40. EVENTO SUBSEQUENTE

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL manifestou-se por meio do Ofício 189/05 de 01 de fevereiro de 2005, não vislumbrando impeditivos para implementação,

ao projeto de desverticalização das atividades de geração e distribuição de algumas empresas do Grupo REDE, em cumprimento ao artigo 8º da Lei nº. 10.848 de 15 de março de 2004 que altera o artigo 4º da Lei nº. 9.074 de 7 de julho de 1995.

Membros do Conselho de Administração

JORGE QUEIROZ DE MORAES JUNIOR Presidente	
FREDERICO ARTHUR M. TAVARES DE LIMA Conselheiro Vice-Presidente	ALBERTO JOSÉ RODRIGUES ALVES Conselheiro Administrativo
FERNANDO QUARTIM BARBOSA DE FIGUEIREDO Conselheiro Administrativo	DANIEL MACHADO Conselheiro Administrativo
LAUDO VOTA BRANCATO Conselheiro Administrativo	SEBASTIÃO BIMBATI Conselheiro Administrativo
MÁRIO CELSO PETRÁGLIA Conselheiro Administrativo	JOSÉ CARLOS MUNIZ DE BRITO FILHO Conselheiro Administrativo

Membros da Diretoria

EVANDRO CÉSAR CAMILLO COURA Diretor Presidente e de Relação com Investidores	
JOSÉ ALBERTO ALVES CUNHA Diretor Vice-Presidente de Operações	
MAURO CHAVES DE ALMEIDA Diretor Financeiro	ITAMAR RIBEIRO DE MAGALHÃES E SOUZA JÚNIOR Diretor Administrativo
ANTONIO CARLOS FERNANDES DA FONSECA Diretor de Distribuição	ÁLVARO ANTONIO BRESSAN Diretor de Planejamento e Projetos Especiais

Izabel Corina de O. Carvalho
Contadora - CRC-PA 5989/O-8

Parecer do Conselho Fiscal

"Nós membros do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, com base no Parecer dos Auditores Independentes, BOUCINHAS & CAMPOS + SOTECONTI Auditores Independentes S/S, e, tendo examinado o Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2004, e seus anexos correspondentes, bem assim o Relatório da Administração, concluímos que as peças refletem adequadamente a situação econômica e financeira da Companhia, e, assim, recomendamos aos Srs. Acionistas sua aprovação em Assembléia Geral."

São Paulo, 28 de março de 2005

CONSELHO FISCAL

CARLOS SOUZA BARROS DE CARVALHOSA Conselheiro Efetivo	FRANCISCO JOSÉ MAGDALENA Conselheiro Efetivo	KÁTIA CAMPOS PEREIRA BUZO Conselheira Efetiva	PAULO SÉRGIO PETIS FERNANDES Conselheiro Efetivo	ARTUR OBINO NETO Conselheiro Efetivo
---	--	---	--	--

Parecer dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Acionistas da
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA levantados em 31 de dezembro de 2004 e de 2003, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Conforme mencionado na nota explicativa nº. 14, a Companhia, exercendo permissão contida nas Deliberações CVM nº.s 404 e 409, de 27 de setembro

e de 1º. de novembro de 2001, respectivamente, registrou em conta do ativo diferido, o resultado da perda cambial líquida apurada no exercício findo em 31 de dezembro de 2001. As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que as variações cambiais sejam registradas no resultado do exercício em que ocorrerem. A amortização desse ativo diferido foi finalizada no exercício de 2004, consequentemente, o prejuízo, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2004, está apresentado a maior em R\$ 2.878 mil (lucro líquido diminuído em R\$ 2.878 mil e o patrimônio líquido aumentado em R\$ 2.878 mil em 31 de dezembro de 2003) líquido dos efeitos tributários. O prejuízo por lote de mil ações, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2004, está maior em R\$ 0,05 (2003-lucro por lote de mil ações reduzido em R\$ 0,05), devido aos efeitos desse assunto.

4. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos do assunto mencionado no parágrafo precedente, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA em 31 de dezembro de 2004 e de 2003, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. As informações complementares compreendidas pelas demonstrações do fluxo de caixa, do valor adicionado e do balanço social, publicadas com o propósito de permitir análises adicionais, embora não requeridas como parte integrante das demonstrações contábeis exigidas pela legislação societária brasileira, foram por nós examinadas de acordo com os procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo 2 acima e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas em todos os aspectos relevantes em relação às demonstrações contábeis da companhia tomadas em conjunto.

Belém, 18 de março de 2005

BOUCINHAS & CAMPOS + SOTECONTI
Auditores Independentes S/S
CRC SP-005528/O-S-PA

Wilson Carlos Oliveira
Contador
CRC. SP-098.146/S-PA